



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia

A Economia do Livro:
A Crise Atual e uma Proposta de Política
TD. 004/2005

Fábio Sá Earp
George Kornis

Série
Textos para Discussão

A ECONOMIA DO LIVRO: A CRISE ATUAL E UMA PROPOSTA DE POLÍTICA

Fabio Sá Earp*
George Kornis**

INTRODUÇÃO

Este trabalho sintetiza os resultados de uma pesquisa realizada em 2004 pelo Grupo de Pesquisas em Economia do Entretenimento do Instituto de Economia da UFRJ, realizada por encomenda do BNDES,¹ do qual uma parte está em vias de ser publicada em livro.² Trata-se de um esforço inicial para a introdução do tema na reflexão acadêmica e para incremento do diálogo entre universidade e sociedade.

A primeira seção do presente texto aborda os aspectos mais gerais da economia do livro. Assim, serão abordados pontos como a especificidade do produto, as características da oferta em cada um dos elos da cadeia produtiva – edição, produção gráfica, distribuição, livrarias, vendas porta-a-porta e bibliotecas.

A segunda seção trata do desempenho da cadeia produtiva do livro no Brasil a partir do Plano Real, e em particular a partir da mudança do regime cambial de 1999. Aí abordaremos o desempenho da oferta segundo os critérios de títulos, exemplares e valor estimado das vendas das editoras. Serão também abordadas separadamente as vendas ao mercado e ao governo, e finalmente será feita uma estimativa do valor das vendas da cadeia produtiva como um todo, a partir de um modelo por nós desenvolvido. Será também mostrado, com base nos dados disponíveis, que a produção e comercialização de livros sofreu uma queda muito expressiva das vendas, contrastando com o desempenho do conjunto da economia brasileira.

A terceira seção busca uma comparação da performance brasileira na produção e comercialização de livros com a de outros países. Nessa perspectiva serão examinadas variáveis como tamanho dos mercados, preços absolutos e relativos (através dos índices de capacidade de compra de livros e de preços relativos, ambos por nós desenvolvidos) e compras institucionais. Conclui-se que os livros brasileiros são

* Professor e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia do Entretenimento do Instituto de Economia da UFRJ.

** Professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do Grupo de Pesquisa em Economia do Entretenimento da UFRJ.

¹ Trata-se do projeto “O desenvolvimento da cadeia produtiva do livro no Brasil em perspectiva internacional comparada; propostas de ações públicas e privadas na construção de uma agenda de transformação setorial”.

² Trata-se de Sá Earp e Kornis (2005).

demasiado caros para o poder aquisitivo da população e que a política governamental de compra de livros para estudantes carentes é importante, porém insuficiente para as necessidades da população.

A última seção sugere um programa de políticas capaz de atuar sobre a demanda de livros no país, em particular incrementando as compras por parte das bibliotecas. Apresentamos uma simulação dos custos e resultados de tal conjunto de políticas, concluindo que poderiam elevar a demanda final das livrarias – o elo comercialmente mais fraco da cadeia – em cerca de um terço e criando condições para a passagem dos negócios com o livro para um novo patamar.³ Finalmente apresenta-se uma simulação dos efeitos das medidas fiscais tomadas em 2005, concluindo-se que as mesmas são incapazes de dinamizar os negócios na medida das necessidades, embora se constituam em um passo importante para a formulação de políticas para este setor no país.

³ Muitas das sugestões apresentadas nos relatórios da pesquisa referiam-se a ações do BNDES, que dizem respeito apenas àquela instituição e que aqui serão omitidas.

1. A ECONOMIA DO LIVRO NO BRASIL: UMA VISÃO GERAL

A principal característica da economia do livro é o descompasso existente entre a oferta global crescente, a limitada capacidade de absorção das bibliotecas e a limitadíssima capacidade de absorção do consumidor individual.⁴ Considerando que cada leitor se interessa apenas por uns poucos assuntos e sendo cada obra diferente das demais, com capacidade limitada de substituição, o problema básico do editor, portanto, é encontrar o leitor que esteja interessado em cada título publicado – um problema típico da economia da informação.⁵

Há aproximadamente 3.000 editoras e 15 mil gráficas no país. O setor de distribuição, por sua vez, é composto de poucas firmas, geralmente de porte médio. Existem cerca de 1.500 livrarias no Brasil, dentre as quais 350 (23%) pertencem a 15 redes.

Não existem barreiras à entrada substanciais nesse mercado, de forma que a cada momento podem surgir novas firmas. Por outro lado, a demanda é sempre uma incógnita, sabendo-se apenas que a maior parte dos livros não proporcionará retorno ao editor. Alguns poucos livros terão grandes vendas e cobrirão as perdas com a maioria, de forma que editoras que puderem imprimir grande número de títulos e simultaneamente desencadear ações de marketing terão vantagens frente às demais.

Como no caso dos demais produtos da indústria cultural que passam por uma etapa especificamente manufatureira, as economias de escala são relevantes. Isto significa que os livros capazes de atingir grandes tiragens serão baratos, o contrário ocorrendo com aqueles de circulação restrita. As grandes tiragens, porém, não são garantia de lucros – a qualquer momento os consumidores podem desviar-se para outros títulos – correndo-se o risco do best-seller transforma-se subitamente em um grande encalhe.

De uma maneira geral a receita das vendas dos livros em livrarias distribui-se ao longo da cadeia produtiva segundo o quadro abaixo. Observe-se, porém, que estes valores se aplicam apenas às firmas pequenas e médias porte. Tanto os editores como os livreiros de grande porte dispõem de um poder de mercado que se aplica sobre os parceiros mais fracos. Assim, as grandes editoras muitas vezes reduzem a participação do livreiro a menos de 30 do preço de capa do livro – este ano chegou-se, em alguns casos, a 27%. Por outro lado, as grandes redes de livrarias podem exigir das editoras a ampliação de sua margem para mais de 50%.

⁴ Zaid (2004).

⁵ Ver Shapiro e Varian (1999).

QUADRO 1
DISTRIBUIÇÃO DO PREÇO DE CAPA
DE UM LIVRO NO BRASIL

Direitos autorais	10
Custos editoriais e manufatureiros	25
Lucro da editora	15
Distribuidor	10
Livreiro	40
TOTAL	100

Fonte: entrevistas.

Vejamos agora as principais características de cada participante desta cadeia produtiva.

1.1. A edição

Toda a cadeia está estruturada em oligopólios: edição, gráfica, papel, distribuição e livrarias. O fator diferencial é o papel das pequenas e médias empresas em cada um dos seus elos. No setor editorial existem de 2 a 3 mil empresas, das quais apenas 500 publicam ao menos 5 títulos anuais. Mas a distribuição não é uniforme; apenas no sub-setor livros didáticos existem empresas de grande porte, sendo que a maior parte dos livros é diretamente vendida ao governo. Nos demais sub-setores, as maiores editoras não passam do porte médio. Observe-se que nossas grandes empresas, conquanto significativas para tamanho do mercado livreiro no Brasil, mas são mínimas quando comparadas às demais empresas no país ou às suas correspondentes no exterior.

A manufatura do livro beneficia-se de economias de escala estáticas e dinâmicas. As principais fontes de economias de escala estáticas (i.e. sem levar em conta o fator tempo) são os ganhos de especialização, o uso intensivo de equipamentos indivisíveis e as economias ligadas à lei dos grandes números. As economias de escala dinâmicas são as de aprendizado e as de reinício – estas últimas especialmente importantes na indústria gráfica, onde o tempo de preparação de um equipamento pode exceder muitas vezes o tempo para a impressão propriamente dita. No Brasil existem dois níveis ótimos para tiragens: 3 mil exemplares (para obras gerais) e 30 mil (para livros didáticos e best-sellers).

As economias de escopo, por sua vez, são buscadas por editores e livreiros com a multiplicação de títulos, para atrair consumidores de diferentes perfis. A luta contra o encalhe é feita mediante a busca de autores com público próprio – que por sua vez são mais caros, no padrão do *star-system*.

A maior parte das vendas é feita em consignação, o que dificulta ao editor a visão clara de como a qualquer momento estão as vendas de cada título, induzindo-o ao erro – seja de editar demais e encalhar, seja de deixar o consumidor sem o produto e perder uma venda que talvez não se repita no futuro. Na média o giro do estoque é superior a um ano.

O preço é geralmente definido pela editora mediante a aplicação de uma fórmula que permite cobrir os custos vendendo apenas 40% da tiragem. Trata-se de somar os custos de papel, gráfica, diagramação, composição, revisão, tradução e capa, dividir este valor pelo número de exemplares da

tiragem pretendida e assim obter o custo unitário do livro sem direitos autorais. Este valor deve ser multiplicado por cinco ou seis para se chegar ao preço final.

1.2. A gráfica

No setor gráfico atuam mais de 15 mil empresas, mas os negócios mais importantes com a impressão de livros são realizados por meia dúzia delas – o livro é um negócio especializado no campo gráfico.

A gráfica é uma empresa manufatureira típica, que pode beneficiar-se de crédito dos bancos oficiais na medida em que tem ativos fixos para oferecer como garantia. Tanto editores quanto distribuidores e livreiros enfrentam dificuldades na obtenção de crédito, por falta de garantias semelhantes. O financiamento é realizado parcialmente com recursos próprios e mediante longos prazos de faturamento. Os grandes investimentos em bens de capital são realizados pelas gráficas, que recorrem ao crédito do BNDES. Na prática, em diversos casos, as gráficas desempenham o papel de financiador do restante da cadeia.

A produção de livros requer planta industrial específica e isto se traduz em equipamentos e serviços que crescentemente demandam constante atualização. A transformação tecnológica, centrada no uso da informática nas etapas produtivas anteriores à impressão, ocorreu no Brasil a partir dos anos 80. Tal mudança foi operada sobretudo por empresas paulistas, com a perda da hegemonia do parque gráfico fluminense, embora atualmente se observe a disseminação de parques gráficos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais.

A modernização resultou num aumento da capacidade de controle sobre a impressão e maior qualidade gráfica, mas o sucateamento tecnológico se dá em média em apenas 7 anos, o que implica a obsolescência do parque gráfico a um ritmo mais rápido do que a maquinaria empregada até finais dos anos 70 (e que ainda permanece em uso). Com isto, limita-se a capacidade de obter novas reduções de custos e ganhos de escala.

O setor encontra-se altamente endividado devido aos investimentos realizados ao longo das décadas de 80 e 90 na modernização do parque gráfico (em dólares). Com isto, entre 1999 e 2003 observou-se a quebra de 14 empresas gráficas expressivas entre 1999 e 2003 apenas no eixo Rio-São Paulo, associada a um processo de fusões e aquisições com participação expressiva do capital estrangeiro, que hoje controla o segmento gráfico editorial no país.

1.3. A distribuição

A distribuição dos livros no Brasil é feita de duas maneiras: vendas diretas das editoras ao governo e vendas diretas às livrarias em geral com a intermediação de empresas distribuidoras. Uma tendência crescente tem sido uma terceira forma de acesso ao consumidor - a eliminação das livrarias e a realização de vendas diretamente nas escolas, com a prática de descontos sobre a margem usualmente apropriada pelos livreiros (de 40% a 50% do preço de capa). As editoras de livros técnicos também operam com

distribuição direta nas universidades, mas, não podendo dispensar um acesso mais amplo ao público, recorrem às distribuidoras ou à abertura de pontos próprios de venda. As editoras religiosas, por sua vez, operam diretamente ligadas a livrarias confessionais ou em pontos de vendas instalados nos locais de culto. Mas nada disso tira das distribuidoras o papel crucial para a administração dos estoques e a colocação do produto na rede varejista.

De fato, a maioria de nossos entrevistados pensa que o principal problema identificado pelo setor editorial diz respeito à distribuição, devido a questões logísticas óbvias num país de dimensões continentais como o Brasil. Os distribuidores operam com uma margem de lucro de 10 a 15% do preço de capa, o que torna inviável remeter pequenas quantias para pontos distantes dos centros editoriais. Por outro lado, existe uma tendência a transformar estas firmas nos vilões da cadeia produtiva, como se fossem parasitas a sugar o justo ganho dos demais. Esta visão reflete, a nosso ver, uma completa incompreensão da problemática da logística.

Nos últimos anos, as editoras têm procurado vender diretamente aos clientes (cadeias de livros e supermercados) e às principais livrarias do Rio de Janeiro e São Paulo, mas ao operarem com menores volumes não se beneficiam de economias de escala. As formas de venda também constroem a atuação das editoras, já que a venda com promessa de devolução e substituição por outros títulos, inicialmente empregada apenas em casos especiais, agora é a mais comum, devido à crise dos últimos anos (resultando em estoques de livros devolvidos/encalhados).

Os grandes estoques encalhados propiciaram o surgimento de um novo tipo de empresa distribuidora: empresas atacadistas, que compram os referidos estoques junto às editoras para revenda aos livreiros, acionando uma política agressiva de descontos, já que adquirem o produto pelo seu preço de custo. E existem também os especialistas em *xepa*, que compram estoques por preços abaixo de 1 real por exemplar, para venda no mercado informal – feiras e caminhões espalhados pelo país, em busca de consumidores de baixa renda.

1.4. O acesso ao Consumidor

Existem dois tipos de varejo: o visível e o invisível. O primeiro é praticado por aquelas 1.500 livrarias, das quais 2/3 se localizam na região sudeste (em 90% dos municípios não há livrarias). Observe-se que as estatísticas são pouco confiáveis porque qualquer loja que venda livros tem registro como livrarias.

As livrarias têm custos fixos elevados derivados da localização, e os livreiros queixam-se de concorrência desleal, tanto das redes de lojas e dos pontos de venda não convencionais (como supermercados e lojas de departamento), como todo o tipo de vendas feitas diretamente pelas editoras nas feiras dos livros, ou venda de livros didáticos diretamente às escolas. Em todos estes casos são oferecidos descontos que estão fora do alcance da maioria dos livreiros.

As livrarias se defendem adotando estratégias variadas, como o parcelamento no pagamento, investimento em layout e a diversificação de serviços (incorporando papelarias, cafés, lojas de discos etc). Na verdade caminhou-se para uma diversificação do negócio em que o importante é oferecer oportunidades de compra ao consumidor, ficando difícil definir as fronteiras. Há casos em que tanto a receita da papelaria como do café giram em torno de 30% do total, cada uma.

Existe um outro segmento do varejo quase completamente desconhecido e que emprega muito mais gente do que as livrarias: especula-se que existam de 30 mil a 50 mil vendedores de porta a porta (enquanto o conjunto das editoras emprega pouco mais de 20 mil pessoas). Trata-se de uma atividade informal e, conseqüentemente, os empresários do ramo resistem a disponibilizar informações. Existem 55 editoras voltadas principalmente para este mercado, 40 atacadistas e 350 firmas varejistas.

O público-alvo são os consumidores de baixa renda, que fazem suas compras a crédito pela dificuldade de obtê-lo com a falta de emprego formal. Os livros mais vendidos são os religiosos (Bíblia), livros de culinária, livros de pesquisa escolar, manuais práticos e de cuidados (com crianças, p.ex.). Trata-se de livros baratos, com custos editoriais baixos e tiragens altas (nunca menores a 5 mil exemplares). Mesmo assim, as margens de lucro são altamente elevadas, o que possibilita a concessão de crédito (o atacadista compra o livro junto ao editor e o repassa ao varejista com uma margem de 70%; este por sua vez o vende ao consumidor final pelo quántuplo do preço do editor) A inadimplência pode alcançar 30%, hipótese na qual o varejista fica com uma margem de 30% - resultado mais do que satisfatório se comparado com as livrarias.

1.5. As bibliotecas

Este é o segmento mais atrasado na cadeia do livro no Brasil. As bibliotecas não são poucas, mas são pobres, isoladas e mal administradas, sendo em sua maioria incapazes de atender a demanda do público leitor. O único sistema de bibliotecas já modernizado é o das universidades estaduais paulistas, financiadas pela FAPESP, o que inclui informatização dos acervos e um esforço – bem mais atrasado – na sua digitalização. Tendo em vista, contudo, que uma biblioteca normal, com 200 a 250 mil exemplares, precisaria receber, além do custeio do funcionalismo, uma verba de R\$ 5 milhões anuais para cumprir suas funções, o que de melhor se pode esperar é a adoção por parte de empresas de uma ou mais bibliotecas, ou a disseminação de Sociedades de Amigos capazes de bancar uma biblioteca de referência em cada capital.

Existe uma reivindicação dos editores no sentido de que as bibliotecas universitárias reservem verbas para a compra de livros segundo o padrão internacional – cerca de um exemplar para cada cinco usuários. Essa política, aliada às edições de bolso para os alunos (em co-edição com editoras universitárias) poderia resultar no barateamento dos livros e no combate a pirataria.

1.6. A demanda

Com dados de 2001, obtidos junto a 5.500 pessoas que declararam ler pelo menos um livro nos últimos três meses, pôde-se inferir que a escolaridade é um vetor de diferenças mais acentuado do que a idade dos leitores. Os principais leitores de livros são os que têm educação superior, sendo que a ocupação também serve de elemento diferenciador: são os estudantes e empregados que dizem ler mais, enquanto os inativos e as donas de casa ocupam o pólo oposto do espectro. O tamanho das cidades também influencia, já que são os moradores das grandes metrópoles que se dedicam mais à leitura, embora isto não determine que os moradores de lugarejos leiam menos (de fato, são o segundo grupo leitor por este critério, ficando os leitores das cidades médias na rabeira do espectro).

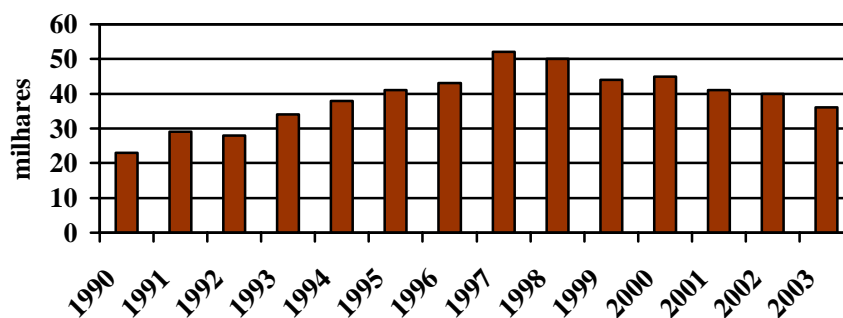
Quanto à satisfação do consumidor em relação ao produto-livro, há dados surpreendentes. Valorizada socialmente, a leitura não é porém associada ao lazer pelos leitores de baixa escolaridade; e nem mesmo é considerada uma forma atualizada de transmissão de conhecimentos (69% declararam ter acesso a formas mais modernas de atualização). De fato, além dos que declaram ter grande dificuldade de leitura (50% entre os que possuem da 1^a a 4^a e 33% entre os que possuem da 5^a à 8^a), apenas 32% dos adultos alfabetizados afirmaram gostar muito de ler, e neste caso as mulheres se destacam, constituindo 60% das apreciadoras da atividade (mas isto é uma variante da classe social: quanto mais pobre o entrevistado, menor a presença das mulheres entre os apreciadores da leitura).

Cruzando-se o número de leitores pela faixa de renda, são os que fizeram o curso médio que declararam ter maior prazer com a leitura, embora nem sempre sejam leitores jovens, já que 40% dos leitores que assim se declararam possuem mais de 40 anos. Isto também não é definido pela renda, já que a maior parte dos apreciadores da leitura se encontra na faixa C (37%) e B (28%), enquanto apenas 10% dos mais ricos se incluíram nesta categoria.

Há, portanto, uma demanda reprimida por livros, demanda concentrada nos setores de maior escolaridade, vinculado ao mercado de trabalho ou em preparação para o mesmo, de renda mediana ou média, e que alega basicamente falta de títulos interessantes ou falta de tempo (neste caso, a superocupação atual em função da queda da renda explica a alegação), e que considera não possuir dinheiro disponível como a 5^a causa em ordem de importância para não fazê-lo. As obras que o público declara que gostaria de consumir em maior quantidade são, em ordem de importância, as de religião, de literatura adulta, e as de filosofia/psicologia. Portanto, os leitores pouco lêem por lazer, mas *gostariam de fazê-lo bem mais*.

2. COMPORTAMENTO RECENTE NO BRASIL

GRÁFICO 1
TÍTULOS EDITADOS NO BRASIL



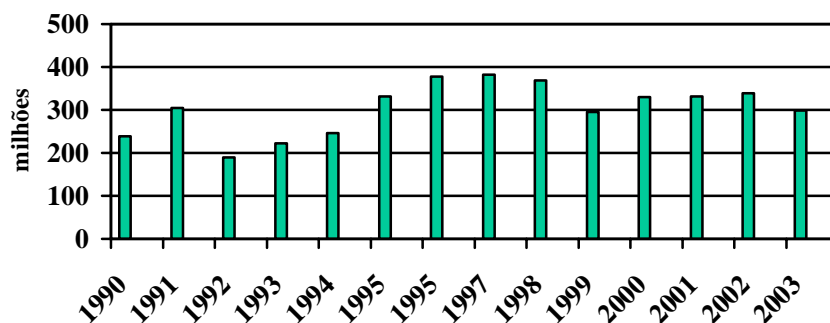
A análise do comportamento do setor livreiro no Brasil pode ser feita a partir das estatísticas sobre as editoras – e apenas as editoras - fornecidas pela Câmara Brasileira do Livro. Estes dados mostram um comportamento ascendente tanto no número de títulos como no número de exemplares publicados até 1997 - e uma queda constante desde então.

QUADRO 2
PRODUÇÃO DE LIVROS NO BRASIL

Ano	Títulos (milhares)	Exemplares (milhões)	Tiragem Média
1990	23	239	10391
1991	29	304	10483
1992	28	190	6786
1993	34	223	6559
1994	38	246	6474
1995	41	331	8073
1996	43	377	8767
1997	52	382	7346
1998	50	369	7380
1999	44	295	6705
2000	45	330	7333
2001	41	331	8073
2002	40	339	8475
2003	36	299	8306

Fonte: dados de Oliveira (diversos anos), nossa elaboração.

GRÁFICO 2
EXEMPLARES VENDIDOS NO BRASIL



Esta queda nas quantidades produzidas veio acompanhada por redução acentuada no faturamento. **O que mais nos espantou é que este cálculo banal não tenha sido feito em qualquer publicação sobre o setor livreiro.** De fato, os dados são sempre apresentados em valores nominais. Quando deflacionamos⁶ verificamos que **as vendas das editoras foram reduzidas a praticamente a metade, entre 1995 e 2003.** E não se culpe a crise econômica, pois o PIB, embora crescendo a taxas modestíssimas, aumentou 16% no mesmo período.

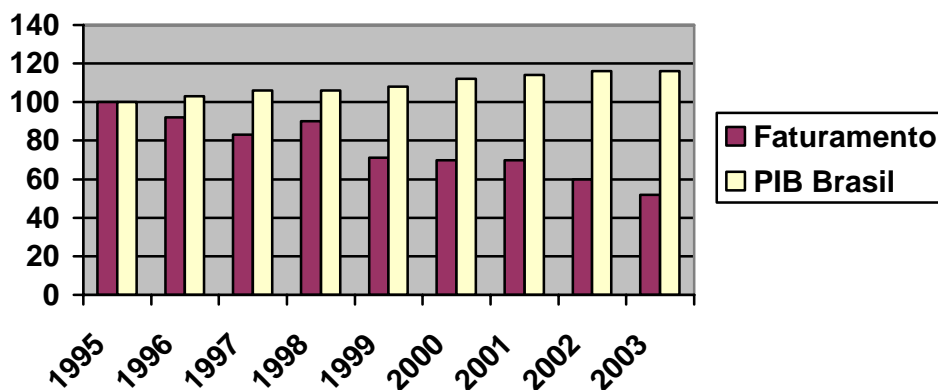
QUADRO 3
FATURAMENTO DAS EDITORAS DE LIVROS
E PRODUTO INTERNO BRUTO NO BRASIL

Ano	FATURAMENTO		PIB BRASIL
	Total (R\$ milhões de 2003)	Índice (1995=100)	Índice (1995=100)
1995	4523	100	100
1996	4157	92	103
1997	3756	83	106
1998	4066	90	106
1999	3198	70	108
2000	3174	70	112
2001	3167	70	114
2002	2679	60	116
2003	2363	52	116

Fonte: dados obtidos de Oliveira (diversos anos) e IPEADATA; nossa elaboração,

⁶ Adotamos o IGP-DI, visto que os negócios com o livro têm características tanto de atacado como de varejo.

**GRÁFICO 3
FATURAMENTO DAS EDITORAS x PIB DO BRASIL**

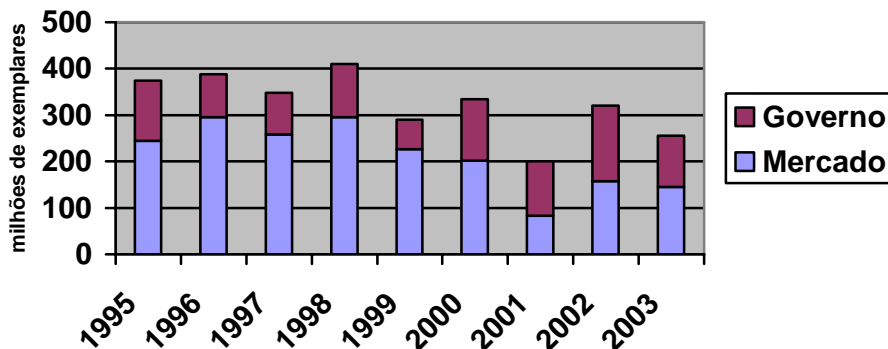


Temos, portanto, uma crise tão mais grave porque oculta, que dificilmente se encontrará em qualquer outro setor neste país. Trata-se de uma queda que, no período, assume proporções somente encontradas na vizinha Argentina.

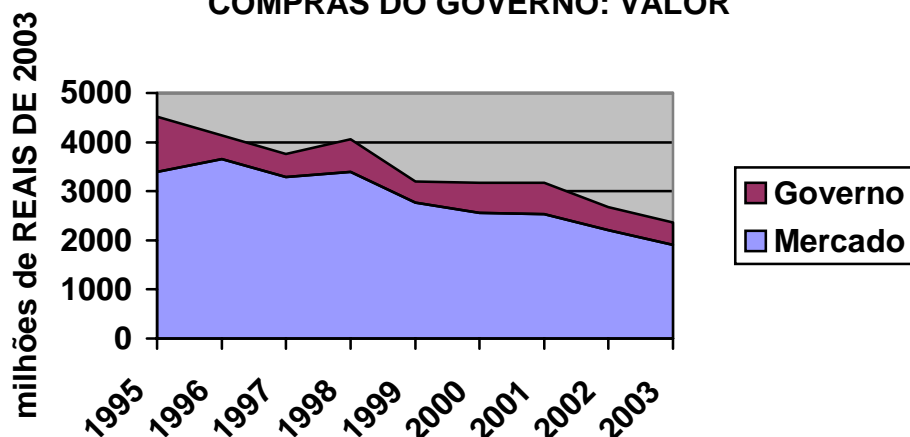
Vejam agora a questão das compras públicas. O governo é o maior comprador de livros do país; sua participação, porém, é muito mais expressiva pela quantidade comprada – aproximadamente metade do total de exemplares – do que pelo valor, que permanece em torno de 20%. No que se refere à quantidade, as compras governamentais caracterizam-se pela grande oscilação de um ano para outro. Isto se explica pelo fato de serem, em sua maioria, compras dedicadas a doação a estudantes de escolas públicas, sendo a cada ano atingidos diferentes contingentes da população estudantil. Já o valor das compras governamentais oscila muito menos do que as quantidades; a análise deste tópico ficou para um momento posterior da pesquisa.

De toda forma, a partir destes dados deixa de ter sentido repetir o que é um lugar comum nas discussões sobre o livro no Brasil – de que o governo é o grande responsável pelos resultados. Na verdade, 80% das vendas são feitas ao mercado, ou seja, à população, e é o comportamento desta que se deve explicar para entender as razões e a profundidade da crise destes últimos anos.

**GRÁFICO 4
COMPRAS DO GOVERNO: QUANTIDADE**



**GRÁFICO 5
COMPRAS DO GOVERNO: VALOR**

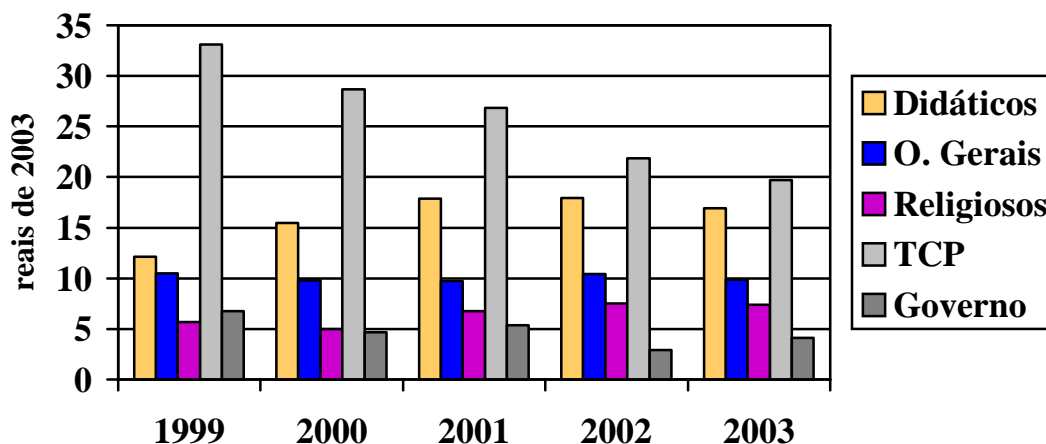


Esta discrepância entre o peso da participação do governo nas vendas se explica pelo fato de as compras públicas terem como um dos critérios básicos o preço do produto. A principal crítica do setor editorial à política de compras do governo é que esta considera apenas o preço de fatura do livro e os direitos autorais. Com isto, as editoras são obrigadas a repassar os custos não cobertos (projeto, divulgação, distribuição) aos compradores particulares, encarecendo o preço do livro didático e suprimindo clientes em favor das apostilas dos cursinhos, o que configuraria uma política de transferência de renda e reproduziria o perfil extremamente concentrado do sub-setor.

O Gráfico 6 mostra que os livros comprados pelo governo têm os preços muito mais baixos do que aqueles adquiridos pela população, resultando do poder monopsonico do MEC. Ali vemos os livros vendidos ao grande público subdivididos em quatro categorias – didáticos, obras gerais, religiosos e técnico-científico-profissionais. Verifica-se que os preços de livros comprados pelo governo passaram de aproximadamente 7 reais em 1999 para 4 reais em 2003.⁷ Em contrapartida os preços dos livros didáticos vendidos à população aumentaram, talvez numa tentativa das editoras em compensar os lucros perdidos nas concorrências públicas.

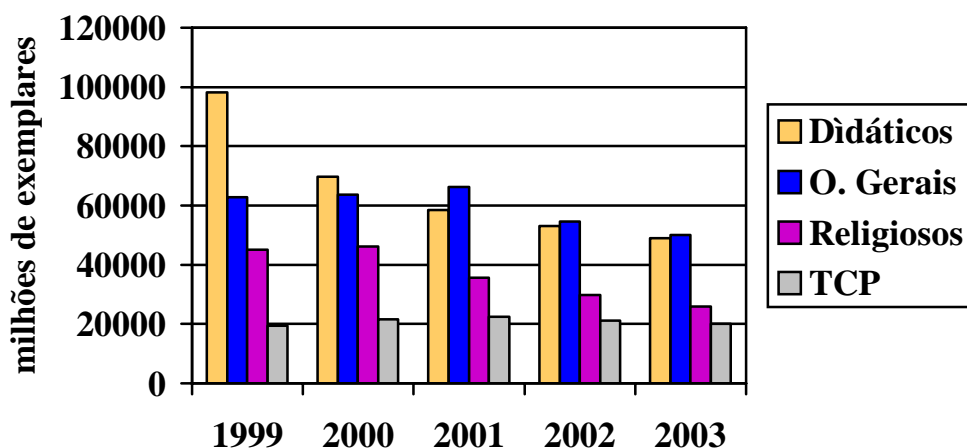
⁷ Da mesma forma os livros técnico-científico-profissionais tiveram seus preços na editora reduzidos de R\$ 33 para R\$ 20, numa tentativa de enfrentar a ameaça representada pela pirataria.

GRÁFICO 6
PREÇO MÉDIO DOS LIVROS NAS EDITORAS



A participação do governo como comprador dá-se por meio de dois programas, O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), e o Programa Nacional de Biblioteca na Escola, ambos financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dos dois, o que possui maior impacto é o PNLD, que é responsável por pelo menos 20% do faturamento total das editoras, mas no caso particular do sub-setor livro didático pode alcançar 50% do faturamento e 60% dos exemplares vendidos.

GRÁFICO 7
QUANTIDADE VENDIDA AO PÚBLICO

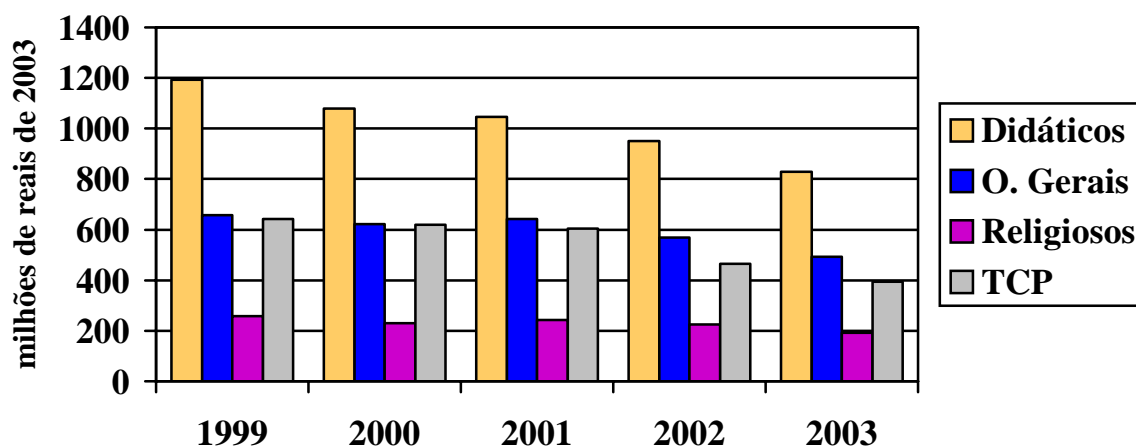


Quanto ao desempenho dos diferentes sub-setores nas vendas ao grande público,⁸ observou-se que os livros didáticos respondiam em 1999 por 33% dos exemplares e 37% do faturamento, com queda pronunciada de sua participação nas vendas em 2003 (11%), embora ainda respondesse por 35% do faturamento do setor. O setor de obras gerais, por sua vez, garantiu, em 1999, 46% dos exemplares

⁸ Neste texto nos referimos a vendas ao público ou ao mercado como sinônimos das operações feitas no interior do setor privado, sem participação governamental.

vendidos e 36% do faturamento, mas este último caiu para 25% em 2003. O sub-setor de livros religiosos, caracterizado pelo baixo faturamento por livro e da importância das firmas de pequeno porte, observou uma queda de 42% no total de exemplares vendidos, e uma queda de apenas 25%, graças ao aumento no faturamento médio (de 30%). Por fim, as vendas dos livros técnico-profissionais, onde o faturamento médio é o mais elevado do setor, sofreram uma queda de 40% entre 1999 e 2003.

GRÁFICO 8
VALOR DAS VENDAS AO PÚBLICO



Para encerrar esta seção faremos uma estimativa da receita total da cadeia produtiva do livro no Brasil. Os dados existentes referem-se exclusivamente ao faturamento das editoras; Sabemos que a receita total com a venda de livros é igual ao somatório das vendas ao governo e das vendas de livros ao mercado. O primeiro dado é conhecido, do segundo só conhecemos uma parte – o faturamento das editoras. Mas é voz corrente que as editoras apropriam-se de aproximadamente metade do preço de capa dos livros, portanto podemos estimar as vendas totais da cadeia produtiva (L) no dobro do faturamento das editoras com vendas ao mercado (m) mais as vendas ao governo (g):

$$L = 2m + g$$

Aplicando sobre os dados conhecidos temos a situação descrita no Quadro 4. Observa-se que a crise que atinge as editoras também se estende ao conjunto da cadeia produtiva, que sofreu desde 1995 uma queda de 46% na receita.

QUADRO 4
RECEITA ESTIMADA DA CADEIA
PRODUTIVA DE LIVROS NO BRASIL
(R\$ milhões de 2003)

Ano	Vendas das editoras ao Mercado (m)	Vendas das editoras ao Governo (g)	Receita estimada da cadeia do livro (L = 2m + g)	Índice (1995=100)
1995	3398	1125	7921	100
1996	3657	482	7832	98
1997	3290	466	7046	89
1998	3395	671	7461	93
1999	2767	431	5965	75
2000	2555	619	5729	72
2001	2536	631	5703	72
2002	2210	469	4889	62
2003	1908	456	4272	54

Fonte: dados de Oliveira (diversos anos), nossa elaboração.

Estes dados serão úteis no final deste trabalho, quando simularmos os custos e impactos das políticas para fomento do consumo de livros.

3. COMPARAÇÃO COM O CENÁRIO INTERNACIONAL

Aqui se trabalha com dados do ano de 2002 para 19 países – China, Taiwan, Japão, EUA, Canadá, Austrália, Reino Unido, Rússia, Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Áustria, Suíça, Itália, Espanha, México, Argentina e Brasil. A principal referência é uma publicação da consultora Euromonitor International (2003).

3.1. Os maiores mercados

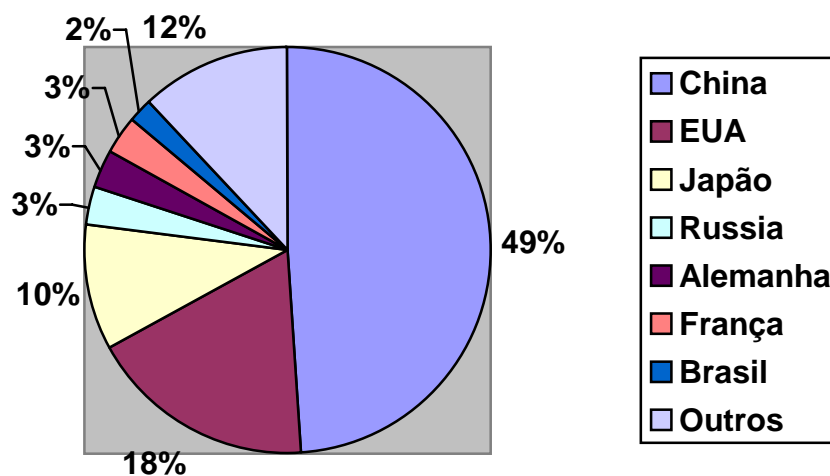
O maior mercado em volume de vendas é o chinês, com 7.103 milhões de exemplares vendidos em 2002. Em seguida vêm os EUA, Japão e Rússia. O Brasil aparece em sétimo lugar, com 345 milhões – 4,5% do país líder e um valor intermediário entre a França e o Reino Unido.

QUADRO 5
QUANTIDADE DE LIVROS VENDIDOS

	Milhões de exemplares	(%)
China	7103	49
Estados Unidos	2551	18
Japão	1403	10
Rússia	494	3
Alemanha	479	3
França	413	3
BRASIL	345	2
Reino Unido	324	2
Itália	265	2
Espanha	235	2

Fonte: dados Euromonitor, nossa elaboração.

GRÁFICO 9
QUANTIDADE DE LIVROS VENDIDOS



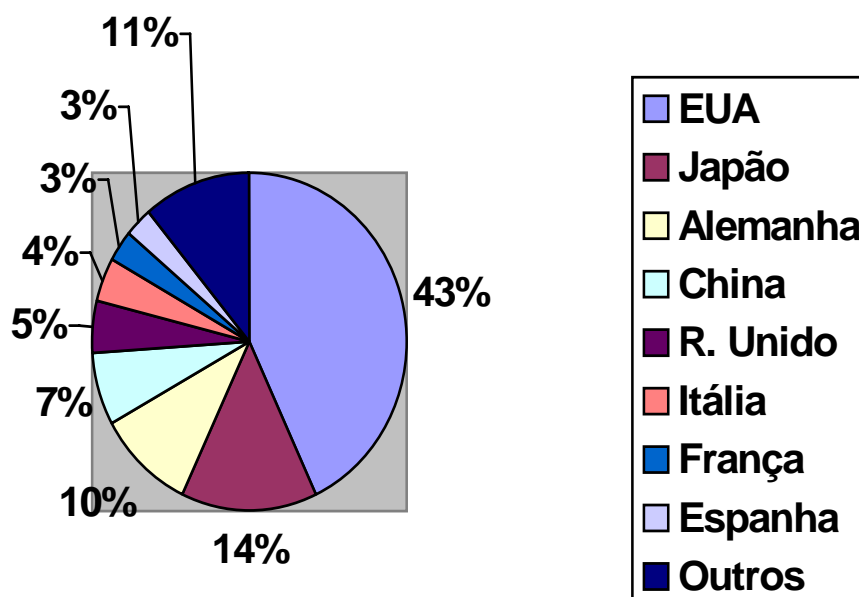
Por valor das vendas, em milhões de dólares, os EUA vêm em primeiro lugar, seguido pelo Japão e Alemanha. O Brasil vem em um modesto 14º lugar, com 920 milhões de dólares – cerca de 1% das vendas totais e 2,6% das vendas norte-americanas.

**QUADRO 6
VALOR DAS VENDAS**

	Milhões de dólares	(%)
Estados Unidos	34920	43
Japão	10945	14
Alemanha	7915	10
China	5566	7
Reino Unido	3729	5
Itália	3358	4
Espanha	2480	3
França	2441	3
Taiwan	1579	2
Canadá	1357	2

Fonte: dados Euromonitor, nossa elaboração.

**GRÁFICO 10
VALOR DAS VENDAS NO MUNDO**



3.1.1. A difusão e os preços dos livros

O principal indicador de difusão do livro são as compras per capita. As maiores compras per capita em volume são as japonesas, com 11 livros anuais, seguidas pelos EUA e França. Os brasileiros compram em média **2 exemplares por ano**.

QUADRO 7
VENDAS PER CAPITA - QUANTIDADE

País	Exemplares per capita
EUA, Japão e Taiwan	9 a 11
China, Canadá, Austrália, Espanha, Alemanha, França, Bélgica, Suíça	6 e 7
Reino Unido, Itália, Holanda, Áustria	4 e 5
Rússia, Brasil , México, Argentina	abaixo de 3

Fonte: dados Euromonitor e Banco Mundial, nossa elaboração.

Por valor as maiores compras per capita são dos EUA com 127 dólares anuais, seguidos pela Alemanha com 97, Japão com 86, Espanha e Reino Unido com 63 e França com 41. As compras do Brasil atingem 5 dólares anuais per capita.

QUADRO 8
VENDAS PER CAPITA - VALOR

País	Dólares per capita
EUA, Bélgica, Alemanha, Suíça	90 a 130
Taiwan, Japão	70 a 89
Áustria, Reino Unido, Austrália, Canadá, França, Itália, Espanha	40 a 69
China, Rússia, México, Brasil , Argentina	abaixo de 7

Fonte: dados Euromonitor e Banco Mundial, nossa elaboração.

Os preços médios *absolutos* dos livros variam acentuadamente. Os mais caros são os alemães e belgas, seguidos de perto pelos suíços, austríacos, norte-americanos e holandeses. Já os brasileiros estão entre os mais baratos do mundo, só superados por russos e chineses.

QUADRO 9
PREÇO DO LIVRO EM 2002
VALORES ABSOLUTOS

País	US\$
China, Rússia e Brasil	1 a 3
França, México, Argentina, Canadá, Taiwan e Japão	6 a 8
Austrália, Espanha, Reino Unido e Itália	10 a 13
EUA, Holanda, Suíça, Áustria, Alemanha e Bélgica	14 a 17

Fonte: dados Euromonitor, nossa elaboração.

3.1.2. Os preços relativos do livro

Os resultados anteriores tratam da questão em termos absolutos; podemos, porém, obter resultados mais interessantes trabalhando com o preço relativo dos livros – naturalmente em relação à renda *per capita*. Se dividirmos este último valor pelo preço médio do livro obteremos o que propomos denominar Índice de Capacidade de Compra de Livros – a renda per capita dividida pelo preço médio absoluto do livro, que nos fornece portanto o número médio de livros que o habitante médio poderia comprar caso a este fim dedicasse todos os seus recursos. Logo quanto maior o número de livros compráveis, mais baratos estes serão em relação à renda *per capita*.

O índice de capacidade de compra de livros I^C de um país i é dado por

$$I^C_i = R^*_i / Pml_i$$

onde R^*_i é a renda per capita e Pml_i é o preço médio do livro.

QUADRO 10 ÍNDICE DE CAPACIDADE DE COMPRA DE LIVROS

País	I^C_i
Japão e França	3900 a 4100
Suíça, Canadá, EUA e Austrália	2100 a 2600
Reino Unido, Holanda, Alemanha, Áustria, Brasil, Bélgica e Itália	1400 a 1900
Espanha, Argentina e Rússia	1100 a 1300
China e México	700 a 800

Fonte: nossa elaboração.

Verificamos então que os livros relativamente mais baratos são os japoneses, visto que a renda *per capita* permitiria a um morador daquele país adquirir 4029 livros aos preços vigentes em 2002. Quase tão baratos seriam os livros franceses, com um índice 3913; este resultado é fruto de um esforço dos editores franceses, que decidiram baratear o produto nos últimos anos. Bastante atrás, com índices entre 2000 e 2600 vêm Suíça, Canadá, Estados Unidos e Austrália. Os livros brasileiros são bastante caros, ficando em companhia dos alemães e belgas, mas ainda bastante mais baratos do que os chineses e mexicanos, os mais caros do mundo em termos relativos.

A partir daí podemos elaborar um índice de preços tomando como base o preço relativo do produto no Japão, o mais baixo do mundo. Podemos chamá-lo Índice de Preço Relativo do Livro. Assim, Japão e França, com um Índice de Capacidade de Compra de Livros médio de 4000, têm um Índice de Preço Relativo do Livro igual a 1, enquanto o México obtém um resultado de 5,5, ou seja, o livro mexicano é 5,5 vezes mais caro em relação à renda per capita do que o japonês. Os Estados Unidos, Canadá e Suíça têm livros relativamente baratos – de 60 a 80% mais caros do que o Japão, enquanto que aqueles vendidos no Brasil, Alemanha, Itália e Bélgica são 2,7 a 2,8 vezes mais caros.

O Índice de Preço Relativo do Livro é dado por

$$I^R_i = I^C_{max} / I^C_i$$

onde I^C_{max} é igual ao maior valor encontrado para o índice de capacidade de compra de livros, ou seja, o valor médio entre Japão e França – cerca de 4 mil exemplares por ano.

QUADRO 11 ÍNDICE DO PREÇO RELATIVO DO LIVRO

País	I^R_i
Japão e França	1,0
Suíça, Canadá, EUA e Austrália	1,1 A 2,0
Reino Unido, Holanda, Alemanha,	2,1 A 3,0

Áustria, Brasil, Bélgica e Itália	
Espanha, Argentina e Rússia	3,1 A 4,0
China e México	5,0 A 5,5

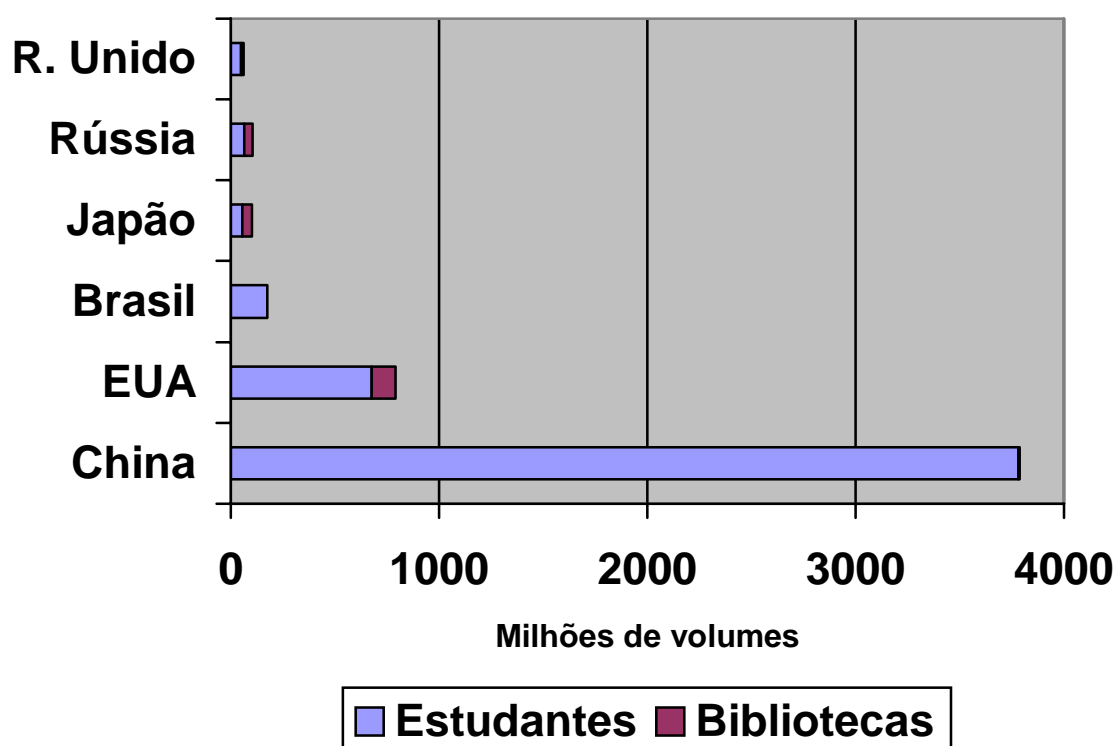
Fonte: nossa elaboração.

O livro relativamente caro fica fora do alcance de populações cuja renda é baixa, visto que o produto tem uma elasticidade-preço da demanda tão mais elevada quanto maior for o seu peso na despesa total do consumidor. Assim se entende que populações de países com alta renda per capita possam comprar maior número de livros, enquanto as dos países mais pobres só podem ter acesso aos mesmos através de transferências – i.e. se pagos pelo governo ou por bibliotecas privadas (geralmente subsidiadas).

3.1.3. As compras institucionais

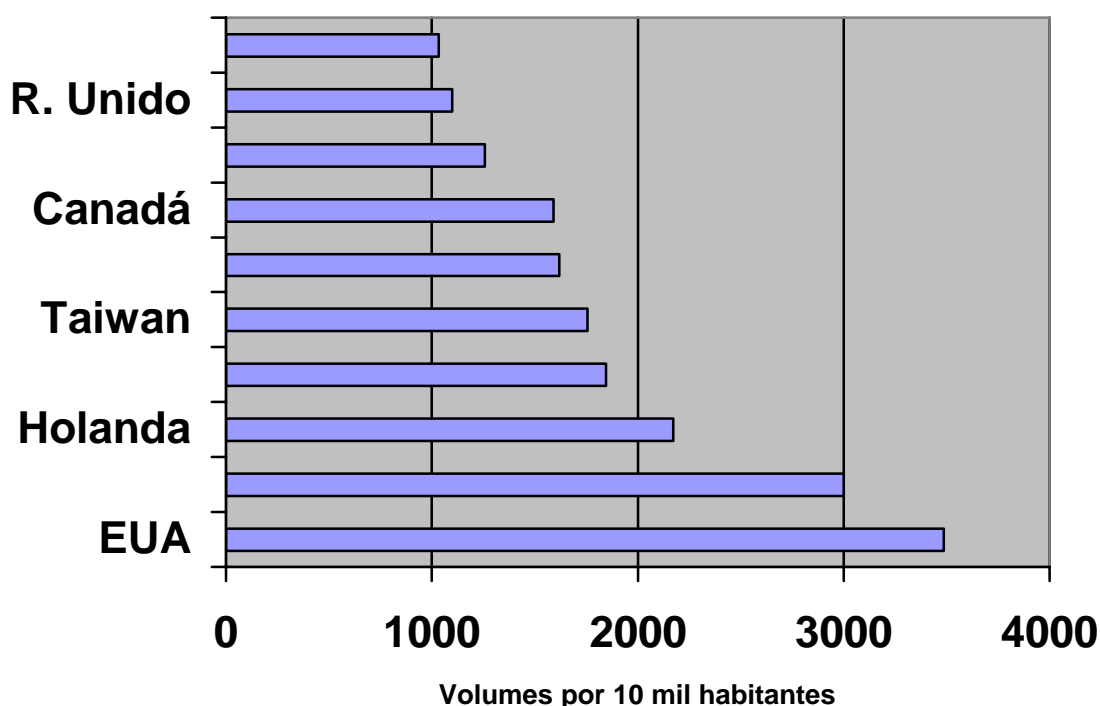
As maiores compras em quantidade são as da China, onde 54% dos livros são vendidos a instituições, com 3.836 milhões de exemplares, dos quais 3780 para doação a estudantes e apenas 8 milhões para bibliotecas. Em seguida temos os EUA, onde 38% dos livros tomam este destino, perfazendo 696 milhões de exemplares, sendo 577 para distribuição a estudantes e 113 para bibliotecas. Em terceiro lugar vem o Brasil, onde 51% dos livros são comprados por instituições e em sua totalidade distribuídos a estudantes.

**GRÁFICO 11
COMPRAS INSTITUCIONAIS**



Em termos per capita as compras institucionais chinesas perfazem 3 exemplares anuais; as norte-americanas atingem 3,5 e as brasileiras 1,0. O Brasil perde a posição de destaque, recuando da terceira para a décima primeira posição. Estes dados mostram que o governo brasileiro, ainda que compre muitos livros, compra muito menos do que a maior parte dos países. Na verdade, diante do quadro de carência da população brasileira **seria razoável triplicarmos as compras governamentais só para darmos a nossos estudantes o suprimento médio de livro fornecido aos estudantes chineses** – isto sem falar na **implantação de um sistema de compras para bibliotecas, ainda hoje praticamente inexistente**.

GRÁFICO 12
COMPRAS INSTITUCIONAIS PER CAPITA



3.2. A distribuição

Neste segmento da cadeia produtiva atuam diferentes agentes: livrarias independentes, redes de livrarias⁹, supermercados, lojas de departamentos,¹⁰ lojas de conveniência,¹¹ clubes do livro, vendas porta-a-porta, vendas por telefone, marketing direto¹² e bancas de jornal e tabaco. Cada um destes agentes pode ter pontos de venda com diferentes configurações, indo da pequena banca as megalojas.

As redes de livrarias aumentam sua participação no mercado, já respondendo por mais de um terço das vendas na China, Japão, EUA e Reino Unido. As livrarias independentes perdem posição mas ainda detêm mais de um terço das vendas na China, Espanha, Rússia, Alemanha e Brasil.

⁹ O Euromonitor considera rede aquela firma que opera com 10 ou mais pontos de venda. Observe-se que este critério é diferente daquele proposto pelo CERLALC/UNESCO, que toma como base para a caracterização de rede a firma que tenha pelo menos 3 pontos de venda.

¹⁰ As lojas de departamentos auferem a maior parte de suas receitas das vendas de produtos não alimentares em pelo menos cinco linhas de produtos e geralmente operam em diversos andares.

¹¹ Operam com um estoque reduzido de artigos variados oferecidos em regime de auto-serviço.

¹² Através de catálogos enviados pelo correio.

O mercado varejista do livro funciona em termos de concorrência monopolística – todos fornecem um determinado número de títulos em comum em uma certa região – de forma que o preço é um elemento relevante para a escolha do consumidor. Assim, se estabelece uma vantagem competitiva para as grandes lojas, apoiadas em economias de escala e de escopo, o que liquida com as livrarias independentes. Isto é altamente prejudicial à distribuição de livros, visto que as grandes lojas, ainda que trabalhem com uma grande quantidade de títulos (por vezes 100 mil) não conseguem atingir a diversidade que as lojas médias (que trabalham com aproximadamente 25 mil títulos) e pequenas podem atender, em busca de nichos de mercado, que podem ser tanto livros de pequenas editoras ou editoras universitárias como títulos difíceis de encontrar. Ora, livrarias pela Internet, como a Barnes, concorrem igualmente nestes nichos. Como os pequenos livreiros ficam em locações mais baratas, em geral são as firmas médias que acabam cerrando suas portas.

É por esta razão que diversos países concluíram que a prática de descontos excessivos deve ser proibida e criaram leis que tornam obrigatório o chamado preço único ou RPM (*retail price maintenance*) – reduzindo os descontos sobre o preço de capa a valores como 5% ou 10%. O Japão e quase todos os membros da União Européia adotam alguma forma destas práticas. Por outro lado, nos Estados Unidos, no Reino Unido, Suécia e na Finlândia não existem estes controles, sob a alegação de que os descontos permitem ao consumidor obter livros mais baratos.

3.3. Problemas da cadeia produtiva

Um problema que parece afetar a maior parte dos países é a redução das margens de lucro, em função de pressões competitivas, do impacto das vendas pela Internet, dos descontos e das vendas por supermercados e lojas de departamentos – além, claro, dos periódicos desaquecimentos das economias. No caso dos Estados Unidos as principais mudanças resultaram do processo de incorporações e fusões que sacudiram o mundo dos negócios nas duas últimas décadas atingiram igualmente a indústria do livro, sobretudo no segmento editorial. Inúmeras editoras tradicionais passaram a ser controladas por dirigentes que buscavam uma taxa de retorno maior do que aquelas tradicionalmente praticadas – freqüentemente inferiores a 5% anuais.

4. PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA PARA O LIVRO

Após entrevistarmos algumas dezenas de empresários chegamos à conclusão de que estes têm absoluta clareza das necessidades de políticas de fomento à oferta – as dificuldades de crédito para editores e livreiros, tanto devido a pequeno volume de suas necessidades de recursos quanto da inexistência de garantias bancárias convenientes. Estes problemas poderiam ser resolvidos com a criação de linhas de crédito especial para o segmento livro nos bancos oficiais e a implantação de um fundo de garantia para as operações, e foram objeto de nossas sugestões para o BNDES.

O que aqui apresentamos, porém, são subsídios para uma política global para o livro, destinada a dinamizar a demanda pelo produto. É preciso ter metas claras do que queremos atingir. Uma meta inicial poderia ser atingirmos, em uma década, o consumo de livros na faixa de 4 a 5 por habitante, como encontramos nos países europeus onde o livro é *menos* difundido, como Reino Unido, Itália, Holanda e Áustria. Para isso teremos que contornar o problema do tamanho da renda per capita e da concentração de renda, que reduzem consideravelmente o mercado consumidor.

Nestes termos, uma política voltada para a dinamização da cadeia produtiva do livro e para sua maior difusão deveria considerar um conjunto de propostas que considerassem *pelo menos* as seguintes:

- a. Implementar um programa de apoio a 50 bibliotecas universitárias e às duas maiores bibliotecas de referência do país, em que dois terços dos recursos fossem destinados à aquisição de livros.
- b. Criar um Fundo Nacional do Livro, alimentado por recursos do Tesouro e por um imposto sobre a atividade de pirataria – por exemplo, sobre a tinta empregada nas máquinas xerográficas e impressoras.
- c. Criar uma política que oriente as compras das bibliotecas – descentralizadas e dirigidas pelo interesse dos usuários.
- d. Subsidiar a produção de livros técnicos de autores nacionais, com recursos públicos e privados; é possível chegar-se a uma faixa de preço de R\$ 20,00 por exemplar.
- e. Subsidiar o consumidor – o estudante de baixa renda que se quer conduzir às universidades pelo sistema de quotas – mediante um sistema de vale-livro.
- f. Incentivar a criação de um cartão de crédito para a compra de livros por estudantes universitários, com uma taxa preferencial.
- g. Canalizar os recursos para financiamento da tradução de livros brasileiros hoje ociosos do Ministério da Cultura para os livros científicos e criar uma vigorosa política de exportações.

Apresentaremos a seguir um desenvolvimento inicial destas propostas e de suas conseqüências.

4.1 Bibliotecas

4.1.1. Caracterização e problemas

A biblioteca desempenha três papéis na economia do livro: banco de dados, fornecedor de livros e comprador de livros. Como banco de dados informa ao leitor a bibliografia disponível acerca de uma

determinada palavra-chave; esta função vem ganhando cada vez mais importância na medida em que as bibliotecas vão sendo informatizadas e ligadas em redes. Em segundo lugar a biblioteca fornece o livro ao leitor, ou o informa aonde pode obtê-lo – geralmente, mas nem sempre, de forma gratuita. Finalmente fornece demanda ao setor livreiro, comprando um determinado número de exemplares nos primeiros meses após o lançamento de seus títulos. Um sistema de bibliotecas convenientemente financiado pode responder por um volume significativo de compras de livros encadernados (os demais sendo adquiridos por um público de alta renda) capaz de cobrir a maior parte dos custos editoriais e possibilitar o risco de uma reedição maior, em brochura ou formato de bolso, para atingir leitores de renda mais baixa.

Existem pelo menos quatro tipos de bibliotecas, segundo sua finalidade. Em primeiro lugar vêm as bibliotecas *de referência*, como a do Congresso dos Estados Unidos e, no Brasil, a Nacional, no Rio de Janeiro, e a Mário de Andrade, em São Paulo. A biblioteca de referência deve tentar obter a maior quantidade possível de títulos, para funcionar como uma memória da produção escrita de uma certa comunidade, se possível da própria humanidade. Um exemplo desta atuação é o fato de que logo após a divulgação das primeiras notícias acerca da existência desta modesta pesquisa a Biblioteca do Congresso norte-americano entrou em contato com os autores em busca de uma cópia do trabalho.

Já as bibliotecas *acadêmicas* devem procurar ter todo o acervo existente naquela área do saber, incluindo livros e periódicos, com um alcance pelo menos da produção nas principais línguas utilizadas por aquela comunidade científica. Com o crescimento e diversificação das universidades acabam adquirindo o porte e o escopo das bibliotecas de referência – e a ter os mesmos problemas

As bibliotecas *escolares* devem conter em seu acervo o que aquele grupo de alunos precisa, para sua formação básica. No caso daquelas existentes nas escolas primárias esta é a primeira biblioteca na vida de todos, sendo especialmente importante o contato inicial, para estimular a curiosidade e não gerar uma rejeição que entrave os contatos futuros. No caso brasileiro o contato entre a criança, o livro e a biblioteca é especialmente deficiente, sendo objeto dos programas de incentivo à leitura.

Finalmente temos as bibliotecas chamadas “públicas”, que na verdade são especializadas em obras gerais, sobretudo literatura adulta, e obras de divulgação científica. É neste campo que estão concentrados os esforços do atual governo e do anterior, respectivamente com os programas Fome de Livro e Uma Biblioteca por Dia, visando oferecer um pacote básico para os municípios mais pobres da federação.

As bibliotecas, qualquer que seja seu tipo, estão passando por uma importante transformação neste último quarto de século, quando desenvolveram-se dois paradigmas. O modelo tradicional, ou “biblioteca-armazém”, busca reunir todos os livros e periódicos relevantes para cada público-alvo. Ainda que pareça ser o ideal de qualquer biblioteca, este é, lamentavelmente, um projeto condenado ao fracasso, visto que a quantidade crescente de títulos que a indústria editorial coloca no mercado é maior do que a possibilidade das bibliotecas em compra-los e armazená-los – ao menos no suporte papel. O crescimento da produção editorial, que apresentamos em nosso Primeiro Relatório, corrobora esta visão.

O modelo alternativo é a “biblioteca-portal”¹³ que procura colocar o usuário em contato com a fonte de informação, geralmente em outra biblioteca. Isto é fácil de fazer entre diferentes unidades dentro de um mesmo campus, mas o aumento da distância entre o usuário e a obra desejada cria custos de transporte e de transação que acabam por inviabilizar o deslocamento de livros. A solução, no limite, parece ser a digitalização dos conteúdos, com o usuário lendo na tela ou imprimindo localmente em papel.

Existem vantagens e desvantagens em ambos os tipos de bibliotecas, cada um dos quais tem seus críticos e defensores. Evidentemente estes dois modelos são meramente hipotéticos e todas as bibliotecas existentes têm características de ambos. Mas tanto “armazéns” quanto “portais” foram profundamente impactados pela revolução da informática, que mudou inteiramente os custos destas entidades. Isto porque o manuseio de quantidades grandes e crescentes de livros exige um gasto considerável em computadores, programas, instalações especializadas e treinamento de pessoal. Antigamente o usuário dirigia-se a um fichário bolorento, cheio de fichas engorduradas, que ficava logo na entrada da biblioteca; agora ele acessa um banco de dados através de um micro-computador, eventualmente de seu gabinete de trabalho.

Ora, o grande problema é que todo o material de informática sofre de obsolescência planejada, de forma que sempre será preciso gastar mais com hardware, software e treinamento. Estes custos de informática tendem a aumentar de tal forma que mesmo com verbas crescentes frequentemente faltarão recursos para as compras de novos livros.

E cada vez há mais livros para serem comprados. Este problema é especialmente importante nas bibliotecas científicas. Tomemos alguns dados esclarecedores no caso da literatura médica. Estas publicações crescem na razão de 6 a 7% ao ano, de forma que o estudante vê dobrar o número de títulos entre o momento que entra e sai da faculdade. Durante a carreira de um médico a bibliografia pode decuplicar, e quem quisesse cobrir toda a literatura médica existente em 1995, lendo um artigo por dia, gastaria 55 séculos. O mesmo estudante se for mais modesto e quiser ler apenas a literatura relevante no seu campo de especialização médica, à mesma velocidade de um artigo por dia, gastará 1600 anos.¹⁴

Assim, a biblioteca-armazém é uma utopia e é crucial ter sistemas de seleção para compras de livros. Evidentemente os bibliotecários não estão capacitados para esta tarefa, que deve ser compartilhada com o corpo de usuários. É particularmente difícil escolher as coleções de periódicos a adquirir, visto que a continuidade da coleção impõe um custo permanente – novas coleções surgem com freqüência, e não consta que nenhuma delas desapareça. Além disso é preciso ampliar continuamente instalações para acondicionar os livros, o que traz custos de construção, estantes, etc. Novamente a solução mais barata parece ser a digitalização, não apenas dos novos títulos mas para substituição dos antigos, cujo suporte

¹³ Os termos “armazém” e “portal” são de Stoffle e Weibel (1995).

¹⁴ Os cálculos são de Euster (1995).

papel se for deteriorando. E isto implica não apenas no custo da operação digital mas de negociações com os autores em busca de autorização.

Estes são problemas que atingem as bibliotecas dos países desenvolvidos, aquelas que já contam com acervos e instalações satisfatórios. Nossa situação é infinitamente pior. A quase totalidade das bibliotecas brasileiras carece de recursos para manutenção dos acervos existentes – ou seja, sua catalogação, racionalização e conservação. Além disso faltam profissionais qualificados e sua remuneração é via de regra baixíssima, muitas vezes equivalente à de uma empregada doméstica. Muito maior ainda parece ser a carência de recursos para a renovação dos acervos, com a aquisição de livros novos. Quanto à digitalização, parece ainda uma utopia distante.

4.1.2. Sugestões para a expansão das bibliotecas

Dentro dos limites do possível escolhemos apresentar sugestões, começando pela biblioteca municipal básica, proposta pelo programa Fome de Livro. Esta consta de um pacote inicial de 2500 livros, fornecidos pelo governo federal, em uma parceria na qual a prefeitura local fornece as instalações e o pessoal e um outro parceiro entra com os recursos para a aquisição de estantes, computadores e demais equipamentos. É um programa barato e altamente dependente do interesse da população local e de sua capacidade tanto de utilizar livros como de demandar novos e influenciar a prefeitura.

As bibliotecas acadêmicas são muitíssimo mais caras e de importância científica mais imediata, merecendo análise mais detalhada e cuidadosa. A expansão do ensino superior no Brasil criou uma série de instituições de ensino que não contam com condições mínimas para oferecer um ensino de qualidade a seus alunos. Em sua maior parte estas instituições são universidades privadas, que por vezes alugam bibliotecas para enganar comissões de fiscalização do MEC. Para tais firmas uma biblioteca pode soar como um luxo injustificável.

Mas existe uma minoria de universidades de boa qualidade que merece receber recursos bibliográficos para incentivar o ensino e a pesquisa. São majoritariamente universidades públicas, sendo as poucas privadas geralmente controladas por ordens religiosas. É nestas que deve ser feito um investimento para criar as bibliotecas de boa qualidade. Inicialmente seria suficiente concentrar esforços em 50 centros de excelência, acompanhar os resultados durante uma década e em seguida avaliar e pensar em expandir o programa. A questão é quanto custa isto e de onde viriam os recursos.

Um programa que visasse proporcionar as 50 maiores universidades do país uma verba condigna com as necessidades de manutenção de boas bibliotecas, no valor de 5 milhões de reais por ano,¹⁵ precisaria de 250 milhões de reais. Uma parte destes recursos deve ser destinada à compra de direitos autorais de obras digitais que sejam incorporadas ao Portal do Livro, do MEC. Para que se tenha uma idéia do valor relativo, em 2003 o governo despendeu 456 milhões de reais com a compra de livros, dos quais 446 milhões apenas com o Programa Nacional do Livro Didático.

¹⁵ Observe-se que atualmente a Biblioteca Mário de Andrade recebe para sua manutenção 1,2 milhões de reais por ano. Estamos propondo destinar uma quantia cinco vezes maior para cada uma das 50 bibliotecas universitárias escolhidas.

Mas um país não pode deixar que suas bibliotecas de referência fiquem à míngua. Ainda que concentrado em apenas duas organizações este esforço precisa ser feito. Uma biblioteca de referência precisa de dez vezes mais recursos do que uma biblioteca normal, visto que além de abranger um escopo muitíssimo mais amplo ainda precisa manter um acervo de livros raros. Poderíamos então pensar em 50 milhões de reais para a Mário de Andrade e o dobro deste valor para a Nacional.¹⁶

Considerando um valor de outro 50 milhões de reais para os programas de pequenas bibliotecas, uma boa aproximação para o custo de um programa nacional de bibliotecas seriam 450 milhões de reais por ano – ou seja, exatamente o que o governo gasta atualmente com livros para doação a estudantes. Se aplicado durante uma década um programa desta natureza ajudaria – sem ser revolucionário - a mudar o patamar do negócio do livro no Brasil.

QUADRO 12
CUSTO DA PROPOSTA PARA BIBLIOTECAS
(milhões de reais)

Tipos de biblioteca	Valor unitário anual	Nº beneficiadas	Total
Nacional	100	1	100
Mário de Andrade	50	1	50
Universitárias	5	50	250
Outras			50
TOTAL			450

Fonte: nossa elaboração.

Não se diga que isto é muito dinheiro. Custa 122 milhões de euros por ano, o que é menos do que arrecada cada um dos 13 clubes de futebol mais ricos da Europa.¹⁷ Na verdade os dois mais ricos, Manchester United e Juventus, arrecadam o dobro desta quantia anualmente. Será que um programa de suporte ao livro patrocinado pelas diferentes esferas de governo não pode receber menos do que um clube de futebol fatura sozinho?

Comparemos com o que é gasto em outros países. Nos Estados Unidos são comprados 113 milhões de livros para bibliotecas por ano. Ao preço médio de 14 dólares por exemplar¹⁸ temos um gasto de 1587 milhões de dólares, o que perfaz 4746 milhões de reais – mais de dez vezes o valor que sugerimos para o Brasil. Se transpusermos para valores *per capita* o resultado será assustador – para chegarmos ao padrão norte-americano seria preciso gastar cerca de 17 vezes mais do que a nossa proposta.

¹⁶ Estes valores para a manutenção de bibliotecas foram sugeridos em entrevista por José Castilho Marques Neto, diretor de Mário de Andrade e da Editora da Unesp, além de presidente da Associação de Editoras Universitárias da América Latina.

¹⁷ São estes Manchester United, Juventus, Milan, Real Madrid, Bayern Munich, Internazionale, Arsenal, Liverpool, Newcastle, Chelsea, Roma, Borussia Dortmund e Barcelona. Ver *The Deloitte Rich List – the world's top football clubs*, obtido em www.deloitte.com/dt/pres... em 3 de agosto de 2004..

¹⁸ Estamos supondo que estes livros sejam comprados ao preço médio, o que é irrealista, pois bibliotecas compram livros mais caros do que os demais – tanto por comprarem intensivamente obras de referência, como dicionários e enciclopédias, quanto nos livros comuns preferir-se edições encadernadas. Mas é uma suposição aceitável em uma primeira aproximação.

Mas os Estados Unidos são os Estados Unidos, não sendo razoável nos compararmos com tal potência. Tomemos a modesta Austrália, que abastece suas bibliotecas com 17 milhões de exemplares anuais, ao preço médio de 10 dólares norte-americanos, o que perfaz um dispêndio de 170 milhões de dólares, ou 510 milhões de reais – cerca de 10% a mais do que nossa proposta. E isto para uma população de 19 milhões de habitantes. Semelhante gasto *per capita* levaria o Brasil a despender praticamente o mesmo do que os Estados Unidos para abastecer nossas bibliotecas.

4.1.3. Recursos e política de compras

Agora que temos uma idéia do montante de recursos necessários, vejamos de onde retirá-los. Uma política para bibliotecas precisa ter continuidade e ser previsível, para que possa comportar um planejamento de cada unidade buscando resultados em diferentes prazos. É preciso criar um fundo especializado para alimentar estes gastos, um Fundo Nacional do Livro, alimentado com recursos fiscais independente do Fundo Nacional de Cultura. Como arrecadar é questão de tributaristas, que escapa à nossa competência, mas sempre se pode levantar hipóteses.

O ideal é um aporte do Tesouro Nacional. No entanto, a tradição brasileira sugere que sem uma fonte de recursos vinculados qualquer dotação tem vida curta. Podemos recorrer à experiência internacional. Na França existe um fundo semelhante, que recebe os recursos de imposto de 3% sobre a venda de máquinas copiadoras, de forma que a compra do equipamento que gera as cópias piratas forneça os recursos que alimentem a demanda por livros. Recomendamos que seja feito um estudo sobre a arrecadação potencial de um imposto semelhante. O mesmo pode ser feito quanto a tributação das vendas de tinta para impressoras, tanto a *laser* quanto jato de tinta.¹⁹

De posse destes recursos é preciso formular uma política para as compras das bibliotecas. Um programa deste montante necessita de uma política de compras transparente e descentralizada. Isso implica na valorização de um organismo quase ignorado no Brasil, a comissão de compras da biblioteca, desvalorizada por não ter recursos significativos a gastar. Isto mudará com o aparecimento de um aporte significativo e, sobretudo, previsível de recursos, permitindo a formulação de programas de compras.

Observe-se ainda que, ao contrário do que hoje ocorre com as compras governamentais de livros didáticos, as compras das bibliotecas devem ser feitas através de livrarias, de forma a permitir a expansão desta ponta varejista da cadeia. Esta é a mais importante medida para a recuperação do setor – e, como acima mostrado, está prevista no artigo 18º, alínea h, da regulamentação da Lei do Livro. Seria importante ainda reservar uma parte – digamos, pelo menos um terço – das compras para livrarias

¹⁹ Não devemos nos deixar levar pela campanha anti-impostos ora em moda. Na verdade o problema no Brasil é que os impostos, longe de serem altos, **são muito baixos**, não fornecendo ao Estado os recursos indispensáveis ao financiamento de sua ação. Comparemos com os resultados internacionais: a carga tributária brasileira absorve 35% do PIB, menos do que a Austrália (37%), o Reino Unido (39%), o Canadá (41%), os países da zona do euro (em média 46%). Menor do que a do Brasil só a carga tributária dos EUA (32%) e do Japão(30%). Em compensação, os países com melhor padrão de vida do mundo tem impostos muito maiores: o governo da Dinamarca recolhe 57% do PIB e os da Suécia 58%.

situadas na mesma unidade da federação que a biblioteca, de forma a impedir que livrarias do sudeste do país concentrem estas encomendas.

4.2.2. LIVROS MAIS BARATOS

Anteriormente mostramos que os livros brasileiros são relativamente caros em relação ao poder aquisitivo da população. Ainda que os valores obtidos no Índice de Capacidade de Compra de Livros sejam semelhantes para Brasil, Alemanha, Itália e Bélgica, naqueles países (i) a renda per capita é cinco ou seis vezes maior do que a brasileira, sendo muito maior o excedente destinado a bens supérfluos, como os bens culturais; (ii) a renda é muito mais bem distribuída do que no Brasil, o que dá à maior parte da população a capacidade de comprar livros.

Por isso a difusão do livro neste país exige algum tipo de política que torne o livro mais barato, em relação à renda per capita. Uma meta factível seria nos aproximarmos do índice australiano, o que implicaria em uma redução de 27% no preço médio do livro brasileiro. Esta poderia ser uma meta para um período de, digamos, cinco anos. Trata-se de agir sobre o segmento em que os livros são mais caros e aí concentrar ações e recursos.

4.2.1. Como baratear livros

Os livros poderiam ser mais baratos se as tiragens fossem maiores, que só seriam possíveis se as vendas fossem maiores, que por sua vez exigem que os livros sejam mais baratos. Temos aí o círculo vicioso da mediocridade, típica falha de mercado que só pode ser eliminada por meio de ações múltiplas. Existem basicamente dois modelos para barateamento de livros. Na França, que tem hoje os livros mais baratos do mundo em relação ao poder aquisitivo da população, este barateamento resultou de uma política promovida pelo Ministério da Cultura. Na Índia, por outro lado, os livros didáticos são produzidos por editoras estatais. Supomos que estamos mais próximos das condições políticas e econômicas da França; apenas caso viesse a revelar-se impossível acionar o setor privado se deveria conceder prioridade ao financiamento das editoras universitárias.

Nas condições brasileiras é preciso romper esta falha de mercado que é o círculo vicioso da mediocridade (os livros são caros porque as tiragens são pequenas; as tiragens são pequenas porque os livros vendem pouco; os livros vendem pouco porque são caros) atacando ao mesmo tempo pelo lado da demanda e da oferta. No primeiro caso aumentando as compras do governo através das bibliotecas, conforme já referido, bem como de estudantes subsidiados (como trataremos adiante). Mas é preciso igualmente agir pelo lado da oferta, reduzindo custos e elevando tiragens.

Mas existe uma oportunidade mais importante a ser aproveitada. Os livros mais caros, como mostramos no Gráfico 6, são os do segmento técnico-científico-profissional - exatamente onde está

concentrada a pirataria, objeto de intensa e improdutivo campanha por parte dos empresários do setor. O problema da pirataria do livro no Brasil é relativamente mais fácil de resolver do que em outros países, visto que está restrito à universidade, e é apenas um sintoma da falta de sintonia entre o custo da literatura e o poder aquisitivo dos estudantes. As cópias ilegais dominaram inteiramente a universidade brasileira, sobretudo sendo aceitas pelos praticantes como uma forma legítima de reação contra o alto preço dos livros. Os empresários insistem no caráter criminoso desta prática e exigem que as autoridades façam respeitar a legislação sobre direito autoral. Por seu lado, o poder público tem sido incapaz de aplicar a lei, por vezes com as autoridades alegando entre dentes que existem usos mais urgentes para seus escassos recursos repressivos.

Alegam os empresários que o problema maior dos estudantes não é a falta de recursos, mas uma cultura de tolerância com a cópia irregular. Quanto custa comprar os livros necessários - todos - para completar um curso de graduação no Brasil? Segundo estimativa de um empresário do setor, o estudante de um curso de ciências sociais aplicadas precisaria adquirir livros, entre manuais, obras de referência e trabalhos clássicos, em um montante de aproximadamente 10 mil reais. Passando para a área de engenharia o montante poderia pular para 30 mil reais, e para 60 mil reais em medicina.²⁰ Valores nada desprezíveis, portanto, e a prova disso é que a quase totalidade dos estudantes tem bibliotecas paupérrimas – incluindo aqueles que não usam cópias ilegais.

Um estudante de ciências sociais aplicadas teria que gastar aqueles 10 mil reais em um curso de quatro anos, ou 2500 reais por ano, ou pouco mais de 208 reais por mês. Chamemos este de custo mensal *completo*, e em seguida suponhamos as obras clássicas e de referência pudessem ser consultadas nas bibliotecas, de forma que apenas metade deste valor – um custo mensal *mínimo* - tivesse que ser efetivamente gasto por cada estudante. Ainda assim sobriariam uma despesa levemente superior a 100 reais mensais, todos os meses, inclusive os de férias. Não são valores fora do alcance da classe média, mas o são para estudantes carentes.

QUADRO 13
CUSTO DA BIBLIOGRAFIA PARA UM ESTUDANTE
PADRÃO DE CURSO UNIVERSITÁRIO

Curso	Custo total	Anos	Custo anual Completo	Custo mensal completo	Custo mensal mínimo
Ciências sociais	10000	4	2500	208	104
Engenharia	50000	5	10000	833	417
Medicina	60000	6	10000	833	417

Fonte: Dados de Renato Reichmann, nossa elaboração.

Quando passamos para livros de engenharia e medicina passamos a despesas na faixa de 10 mil reais por ano, ou mais de 800 mensais – que pesam sobre os orçamentos da praticamente todas as famílias. Sem que se negue a existência de um problema cultural, entre as razões que conduzem à

²⁰ O cálculo é do editor, distribuidor e livreiro Renato Reichmann, em entrevista a nossa equipe.

pirataria está um componente econômico expressivo e inegável, que exige solução igualmente econômica. Mas para atingi-la é preciso desfazer um nó, causado pela defasagem temporal entre oferta e demanda.

Estima-se que cerca de 50% dos livros científicos sejam pirateados no Brasil. Isto significa que eliminando a pirataria poderíamos dobrar a demanda, proporcionando economias de escala que permitiriam a redução do preço final dos livros. Mas enquanto isto não acontecesse os estudantes ficariam sem livros, inviabilizando o patamar pretendido de economias de escala e frustrando todo o processo. É preciso, portanto, imaginar uma solução intermediária que possibilite a transição.

O recurso a livros de autores nacionais é uma solução óbvia. Os custos são menores, visto que não incluem a aquisição dos direitos no exterior e nem a tradução e a revisão técnica. Fizemos uma experiência simples: entramos no *site* da Livraria Cultura e pedimos livros de probabilidade e estatística. Vieram seis títulos, coincidentemente três de autores estrangeiros e três de nacionais. Todos os livros nacionais são mais baratos e seu preço médio é menos do que a metade dos importados. Não tem valor estatístico, mas é eloqüente. Uma explicação óbvia para este fenômeno é o custo da tradução, que está em torno de 14 mil reais para um livro de tamanho médio (300 páginas).

QUADRO 14
PREÇOS DE LIVROS DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA
AUTORES ESTRANGEIROS E BRASILEIROS

Autor	Editora	Preço
Montgomery	LTC	86
Spiegel	Makron	115
Srinivasan <i>et alii</i>	Bookman	69
MÉDIA ESTRANGEIROS		90
Oliveira	Atlas	45
Magalhães e Lima	EDUSP	35
Lopes	Reichmann e Affonso	47
MÉDIA BRASILEIROS		42

Fonte: livrariacultura.com.br, nossa elaboração.

Como, então, incentivar a edição do autor nacional?

Uma fórmula simples seria dar prioridade ao autor científico nacional nas obras financiadas pelas empresas segundo os termos da Lei Rouanet.²¹ Laboratórios farmacêuticos teriam interesses em publicar na área da saúde, empresas de construção na área de engenharia, e assim por diante. Haveria em pouco tempo uma reação por parte das editoras que hoje controlam este mercado, mas a entrada de concorrentes logo levariam as pioneiras a flexibilizarem sua posição e aderirem aos novos termos do negócio.

Seria indispensável que os Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia agissem em conjunto apresentando a proposta às editoras e negociando a forma de sua aplicação. Seria igualmente importante que as empresas estatais dessem o exemplo – por exemplo, dedicando metade dos recursos que destinariam a livros pela lei Rouanet, durante cinco anos, fossem destinados a livros

²¹ Seria necessário alterar o texto desta lei – o que é um problema menor diante dos resultados esperados.

acadêmicos. E uma exigência seria o baixo preço de capa da obra, de forma que fosse atingido um público maior.

Com isso se garantiria que aparecessem livros mais baratos. Um objetivo pode ser oferecer os livros aproximadamente ao mesmo preço das cópias xerox – na faixa de 20 reais por exemplar. A prioridade óbvia deveriam ser os livros de medicina. Tomemos um exemplo: o *Manual de Oncologia Clínica do Hospital Sírio-Libanês*, de Antonio Carlos Buzaid, com 440 páginas, editado pela Reichmann e Affonso é vendido pela Livraria Cultura por 99 reais. Em uma reedição subvencionada este título poderia ser oferecido em uma tiragem de, digamos, 5 mil exemplares, pelos 20 reais pretendidos. Como isto seria possível?

Consultamos o editor, que nos informou que a produção desta obra custou 6 mil reais de custos editoriais, e que a edição de 5 mil exemplares custaria 12 mil reais de papel e 15 mil reais de impressão e encadernação. Seriam, portanto 33 mil reais, aos quais se poderia acrescentar mais 10% de direitos autorais e outros 10% como remuneração da editora, em um total de pouco menos de 40 mil reais. Uma vez colocado no mercado, o livro renderia ao longo, digamos, dos próximos dois anos cerca de 100 mil reais, que seriam divididos da seguinte maneira:

QUADRO 15
CUSTOS E DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS
DE UM LIVRO CIENTÍFICO SUBSIDIADO

	Como Subsídio	No Mercado	Total
Direitos autorais	3300	10000	13300
Editora	3300	40000	43300
Papel	12000		12000
Gráfica	15000		15000
Distribuidora		10000	10000
Livraria		40000	40000
TOTAL	39600	100000	139600

Fonte: nossa elaboração.

Um aspecto fundamental desta operação seria o fato de que a editora teria de imediato os recursos para cobrir seus custos e mais uma margem de 10%, o que atenuaria seu problema de capital de giro.

A prioridade deveria ser concedida aos estudantes das áreas médica e de engenharia, dado o custo estimado anteriormente apresentado. As tiragens deveriam ser feitas em edições duplas, parte encadernadas²², para bibliotecas, parte em brochuras baratas, que fossem adquiridas com vales-livro. Existe um mito de que livros de medicina não poderiam ser baratos em função do custo gráfico, visto que exigem fotos a cores e papel couchê. No entanto, já existe no Brasil tecnologia para impressão de altíssima qualidade em papel barato, cujo exemplo é o livro *Pau Brasil*, de Eduardo Bueno, da editora Axis Mundi, vendido a 35 reais.

²² Um volume encadernado tem um custo aproximadamente 15% maior do que uma brochura.

No mesmo movimento editorial em que se barateia os livros de autores nacionais os livros de medicina e direito devem ser digitalizados em formato de palm-top. Esta é uma tendência que se difunde em todo o mundo: um médico precisa ter sempre à mão informação sobre diagnósticos e medicação, que só o palm-top lhe pode proporcionar. Uma experiência pioneira foi feita com o citado manual de oncologia do Sírio-Libanês, financiado por um laboratório farmacêutico e oferecido gratuitamente aos usuários através da Internet. Seria desejável que os próprios laboratórios fossem incentivados a canalizar seus recursos da Lei Rouanet²³ com esta finalidade – o custo atual é de aproximadamente 40 mil reais por título e pode cair com o aparecimento de economias de aprendizado.

O mesmo, porém, não se passa com os livros de direito, que não têm financiadores “naturais” como os laboratórios. No entanto os advogados têm a mesma necessidade de ter à mão uma coleção de leis e jurisprudência, para não precisarem deslocar-se para uma biblioteca. Esta é uma falha de mercado que precisa ser sanada com recursos públicos – a menos que os grandes escritórios sejam tentados a consagrar sua marca por esta via.

4.2.2. Quanto custaria baratear os livros?

Em 2003 foram vendidos 20 milhões de exemplares de livros técnico-científico-profissionais no país, em um valor de 394 milhões de reais para as editoras. Isto nos permite estimar que o valor total das vendas destes livros tenha sido em torno de 800 milhões de reais e seu preço médio de 40 reais.

Não sabemos quantos destes livros são manuais acadêmicos, mas podemos estimar sua participação *grossa modo* em 50% dos técnico-científico-profissionais, de forma que os estudantes universitários consumiriam aproximadamente 10 milhões de exemplares. Assim, se acreditarmos nas estimativas que afirmam que metade do consumo potencial de livros acadêmicos é pirateado, haveria um mercado potencial para outros 10 milhões de exemplares.

Aplicando o mesmo raciocínio usado no caso do manual de oncologia, podemos supor que o custo para uma tiragem de 5 mil exemplares seja de 40% do preço atual, aí já incluindo parte de direitos autorais e de remuneração da editora. Como o preço médio atual é de 40 reais, podemos estimar o subsídio médio unitário em 16 reais, portanto o subsídio total para produzir 10 milhões de exemplares montaria em 160 milhões de reais – ou aproximadamente a terça parte do valor proposto para as compras das bibliotecas.

4.3. Subsídios ao consumidor

Considera-se legítimo que o governo faça doações de livros escolares aos estudantes de primeiro e segundo graus, mas não existe qualquer clamor pela extensão da mesma prática aos estudantes universitários. Tudo se passa como se estudantes de baixa renda devessem conformar-se apenas com o ensino gratuito, como se a bibliografia estivesse disponível nas bibliotecas ou fosse de custo desprezível.

²³ Seria preciso realizar ajustes no texto da Lei Rouanet para permitir seu uso com livros das áreas biomédica e tecnológica.

Como resultado, estes estudantes recorrem a cópias piratas e estas se integram na cultura universitária de nossos dias com a mesma profundidade do trote e da chopada.

Se o problema da cópia ilegal é cultural, então é preciso introduzir o livro na cultura universitária. Não se espere, porém, a modernização das bibliotecas para oferecer livros aos estudantes de baixa renda. Algum tipo de vale-livro pode ser oferecido periodicamente, e seu custo é irrisório no momento em que se pensa em um subsídio às universidades particulares para absorverem alunos pelo sistema de cotas. Uma parte dos recursos do Fundo Nacional do Livro poderia ser destinado a estudantes carentes – seria um completo contra-senso colocar nos bancos universitários alunos que não pudessem adquirir a bibliografia exigida. Na verdade, alguns colegas se queixam de que alguns de seus alunos não têm dinheiro *sequer* para comprar as cópias piratas; o problema é muito mais grave do que poderia parecer e não se refere apenas ao respeito aos direitos autorais nem à saúde financeira das empresas do livro – é a própria eficácia da educação nacional que está sendo colocada em questão pela pobreza dos estudantes conjugada à inépcia das autoridades.

Uma hipótese seria começar com um subsídio de mil reais anuais para estudantes das áreas de medicina e engenharia e a metade deste valor para alunos cursando outras áreas. Este valor é muito inferior mesmo aos valores mínimos estimados anteriormente – que eram, respectivamente, 10.000 e 2.500 – mas podem servir de base para um programa piloto. Propomos que sejam beneficiados inicialmente 60 mil alunos; ainda que seja pouco diante da quantidade de estudantes carentes, seria um primeiro passo, capaz de ser avaliado e de servir de degrau para um programa mais amplo.

Teríamos então o seguinte quadro:

QUADRO 16
PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALES-LIVRO
PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Área	Nº de alunos	Valor do benefício	Valor total (reais)
Medicina	20.000	1.000,00	20.000.000
Engenharia	20.000	1.000,00	20.000.000
Outras	20.000	500,00	10.000.000
TOTAL	60.000		50.000.000

Fonte: nossa elaboração.

Mas o subsídio aos compradores de livros na área da educação não se esgota com os estudantes universitários, pois existe um outro consumidor potencial de livros que tem pouquíssimos recursos para compra-los. Trata-se dos professores primários e secundários, pessimamente remunerados e que ficariam encantados se recebessem vales que pudessem ser trocados na livraria mais próxima. Um programa deste tipo poderia ser uma extensão daqueles freqüentemente oferecidos por governos estaduais, prefeituras e associações comerciais para estudantes quando das feiras do livro. Outra possibilidade seria oferecer um abono periódico em vale-livros para esses professores de baixa renda; tal fato, sendo conhecido com antecedência, poderia gerar ofertas especiais de saldos, permitindo a colocação de encalhes das livrarias.

Todas estas possibilidades precisariam ser estudadas e negociadas no âmbito das novas instituições a serem anunciadas em breve.

2.2.4. Exportações

As exportações brasileiras de livros são irrelevantes, situadas abaixo de 1% da produção. Mas isto acontece porque são contabilizados apenas livros em suporte papel, não os direitos de tradução. Ora, só quem importa livros brasileiros (em suporte papel) são os países de língua portuguesa. No entanto o Brasil tem um campeão mundial de vendas, que é Paulo Coelho, e os direitos autorais gerados por tais vendas não aparecem nos relatórios da Câmara Brasileira do Livro. Por isso não temos uma vaga idéia do que seja um balanço de pagamentos do livro, embora seja relativamente fácil montar uma balança comercial.

As vantagens competitivas do Brasil não estão no campo da literatura de ficção – Paulo Coelho é uma exceção. O interesse no exterior pelo nosso exótico mundo é reduzido e não devemos esperar grandes mudanças nesse campo no curto prazo apenas Lula parece interessar à mídia internacional. Onde competimos com grandes vantagens é no campo dos livros universitários, onde a produção nacional é de boa qualidade e pode crescer exponencialmente, desde que a isso induzida – por exemplo, pela canalização de recursos da Lei Rouanet, conforme acima proposto.

O Brasil vem investindo pesadamente em um programa de pós-graduação há quase 40 anos. Temos um programa de bolsas de doutorado no exterior que cobre integralmente as taxas acadêmicas e dá mais mil dólares mensais para o sustento do estudante – não conhecemos nenhum outro país que ofereça condições tão generosas (embora deva existir algum). Com isso temos uma grande quantidade de PHDs capazes de produzir obras de nível internacional em todos os ramos do conhecimento. O que falta é transformar esta competência em exportações.

Os livros científicos de autores nacionais deveriam ser traduzidos para o inglês e oferecidos no mercado internacional. O Ministério da Cultura já tem um programa de traduções (para inglês, espanhol e francês), disponibilizando 3 mil dólares por título. Dos 174 mil dólares previstos para gasto em 2004 apenas 36 mil tinham sido comprometidos até 25 de outubro. Com os recursos excedentes poderiam ser traduzidos outros 46 títulos, que poderiam ter sido levados à última Feira de Frankfurt. Seria o suficiente para oferecer, por exemplo, toda uma coleção de livros de medicina ao mercado internacional.

As versões não precisam ser feitas em diversas línguas, basta fazê-lo com competência para a língua inglesa. Isto pela razão de que em qualquer país, da Finlândia à Bulgária, da Malásia ao Burundi, existem em abundância tradutores capazes de passar um texto do inglês para sua língua nativa. Dispondo desta versões em inglês basta promover ações de divulgação no exterior, não apenas nas feiras genéricas em que são oferecidos infinitos títulos, mas em ações concentradas no público-alvo – professores universitários e editores científicos.

4.5. Em resumo: custos e impacto das ações de fomento à demanda

Considerando o exposto anteriormente podemos agora estimar o custo total da política proposta e seu impacto sobre o varejo de livros. Este é diferente do dispêndio com a política, visto que (i) as livrarias receberão o que os consumidores gastarem, não os financiadores; e (ii) apenas parte do gasto com bibliotecas se destina às compras de livros – aqui supomos dois terços destes recursos.

QUADRO 17
CUSTOS DA POLÍTICA DE FOMENTO À DEMANDA
E SEU IMPACTO SOBRE O VAREJO
(milhões de reais)

	Custos da política	Impacto sobre a demanda por livros no varejo
Bibliotecas	450	300
Livros acadêmicos ²⁴	160	200
Vale-livro	50	50
TOTAL	660	550

Fonte: nossa elaboração.

Estimamos o volume total de vendas de livros, em 2003, em 4.272 milhões de reais, supondo que as editoras se apropriem de 100% do valor das vendas de livros ao governo e de 50% do preço final do livro vendido ao mercado, ficando 10% com as distribuidoras e 40% com os varejistas.

Aqui vamos aperfeiçoar este cálculo, supondo que 20% das vendas dos livros didáticos vendidos no mercado sejam feitas em pontos de venda localizados nas próprias escolas. Supomos também que metade das vendas de livros científicos, técnicos e profissionais sejam constituídas de livros acadêmicos, e que 20% destes sejam vendidos por crediariastas nas próprias universidades. Desta forma o quadro completo do mercado ficaria como o seguinte:

QUADRO 18
VENDAS DE LIVROS EM 2003
(milhões de reais)

	Vendas ao mercado	Vendas ao governo	Total
a. Editoras	1908	456	2364
b. Distribuidoras	382		382
c. Varejistas	1526		1526
C1. Escolas	166		
C2. Crediariastas	79		
C3. Livrarias	1282		
TOTAL (a+b+c)	3816	456	4372

Fonte: nossa elaboração.

²⁴ Evidentemente parte deste financiamento de obras acadêmicas pode ser feita por empresas privadas, entre outros com recursos da Lei Rounet, com o objetivo de ligar sua marca ao fomento da educação superior. Mas aqui estamos supondo, pra simplificar, que o gasto fosse totalmente oriundo do orçamento da União e das empresas estatais.

Nestas circunstâncias aqueles 550 milhões de reais mencionados no item anterior representariam um aumento de 36% sobre o nível de vendas no varejo realizadas em 2003, que foi estimado em 1.526 milhões de reais. Mas o impacto sobre as vendas das livrarias seria mais do que proporcional, visto que estas receberiam a totalidade das compras das bibliotecas, mais a totalidade das compras com vale-livro e ainda 80% das compras de livros acadêmicos:

QUADRO 19
IMPACTO DA POLÍTICA PROPOSTA SOBRE
O VALOR APROPRIADO PELAS LIVRARIAS
 (milhões de reais)

Tipo de compras	Valor das compras	% apropriada pelas livrarias	Valor apropriado pelas livrarias
Bibliotecas	300	100%	300
Livros acadêmicos	200	80%	160
Vale-livro	50	100%	50
TOTAL	700	94%	510

Fonte: nossa elaboração.

Nestas circunstâncias **o impacto desta demanda adicional sobre as vendas das livrarias seria de 40% em relação às vendas realizadas por estas firmas em 2003. Tratar-se-ia de um impulso sem precedente ao negócio do livro em nosso país, sobretudo se este nível fosse mantido por um período de pelo menos cinco anos.**

4.6. Avaliação do impacto da desoneração do PIS/COFINS

No final de novembro de 2004 foi anunciado o fim da cobrança do PIS e da COFINS sobre as empresas livreiras do Brasil. Em contrapartida, os editores e livreiros ofereceram-se para contribuir com 1% sobre suas vendas para constituir o Fundo Pró-Leitura, que utilizará esses recursos para “financiar projetos e programas para o desenvolvimento da leitura, formação dos agentes de mediação da leitura, campanhas de estímulo à leitura e, ainda, democratização do acesso ao livro e outras formas de leitura.”²⁵

A contribuição proposta de 1% sobre o faturamento de editoras, distribuidoras e livrarias vai recair em cascata sobre toda a cadeia produtiva do livro. Observe-se que, ao contrário do que trabalhamos na seção anterior, o faturamento das distribuidoras e livrarias incluem a parcela que repassarão a montante da cadeia produtiva. Assim, usando os valores presentes nas simulações anteriores, podemos dizer que as livrarias contribuirão com 1% do seu faturamento, que corresponde ao valor total das vendas de livros ao mercado; que as distribuidoras pagarão 1% de seu faturamento, que compreendem seus 10% das vendas ao mercado e mais os 50% que repassarão às editoras; e que estas últimas 1% de suas vendas totais – ao mercado e ao governo.

Como se pode ver no Quadro 20, a arrecadação deve ser ligeiramente superior a 90 milhões de reais, que à primeira vista são suficientes para o incremento de uma política voltada à difusão do livro e da leitura.

²⁵ *Boletim Fome de Livro*, nº 20, 29 de novembro a 05 de dezembro de 2004.

QUADRO 20
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DO FUNDO PRÓ-LEITURA
(milhões de reais)

	Parcela das vendas	Faturamento	Contribuição de 1%
Editoras	2364	2364	23,64
Distribuidoras	382	2746	27,46
Livrarias	1282	4028	40,28
TOTAL		9138	91,38

Fonte: nossa elaboração.

O que, porém deve ficar claro é que **estes recursos não se destinam à compra de livros, portanto seu impacto sobre a demanda final será nulo**. Isto não tira seu valor, ao contrário, permitirá custear ações indispensáveis à implantação de uma política para o livro e a leitura. Mas o ponto fundamental é que **este Fundo não conflita e nem substitui a proposta que aqui apresentamos. Ao contrário, são complementares**.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

A principal conclusão a que chegamos neste estudo foi que conseguimos vislumbrar o tamanho de nossa ignorância em um campo virgem a estudos acadêmicos. Esta análise tem portanto, um caráter preliminar; seu papel é, antes de iluminar os rumos da economia do livro, de servir como um convite aos centros universitários de pesquisa para questionarem nossas conclusões e, sempre que possível, construírem explicações melhores.

Mas este é também um chamado aos empresários e administradores públicos para um debate qualificado, com o uso de um mínimo de estatísticas e suas projeções. Um debate bem feijão com arroz - nada complexo, nada sofisticado, nada que não se faça em discussões de política industrial neste país há mais de três décadas. Mas um debate qualificado, com números em lugar de achismos e euforias imaturas. È preciso romper agora com o atraso para, ainda no final desta década, chegarmos ao nível de um país atrasado como a Grécia ou Portugal.

È indispensável **pensar grande**, e romper imediatamente, sob pena dos negócios com livros continuarem num patamar que, se aceitável na maioria dos países em desenvolvimento, é incompatível com o tamanho da economia brasileira. E com uma tendência que, tomara que estejamos errados, nos aponta para um lento, progressivo e inexorável encolhimento.

BIBLIOGRAFIA

- . Benhamou, Françoise (2003). *L'économie de la culture*. Paris: La Découverte.
- . ----- (2002). *L'économie du star-system*. Paris: Odile Jacob.
- . Bueno, Eduardo [org.] (2002). *Pau Brasil*. São Paulo: Axis Mundi.
- . Epstein, Jason (2002). *O negócio do livro. Passado, presente e futuro do mercado editorial*. Rio de Janeiro: Record.
- . Euromonitor Internationall (2003). *The world market for books and publishing*.
- . Euster, Joanne R. (1995). "The academic library: its place and role in the institution", in McCabe and Person (1995).
- . Francescini, Adélia (2001). *Retrato da Leitura no Brasil*. São Paulo: A. Franceschini Análises de Mercado/ Câmara Brasileira do Livro/BRACELPA/ ABRELIVROS/ SNEL.
- . Gorini, A. & Castelo Branco, P. F. (2000). *Panorama do setor editorial brasileiro*. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 11, março.
- . Greco, Albert N. (2004). *Book publishing industry*. Mahwah (NJ) and London: Lawrence Erlbaum Associates, Publ.
- . Lindoso, Felipe (2004). *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura. Política para o Livro*. São Paulo: Summus.
- . McCabe, Gerald B. and Person, Ruth J.[orgs.] (1995). *Academic libraries. Their rationale and their role in American higher education*. Westport (Conn.) and London: Greenwood Press.
- . Oliveira, Marta (1992 a 2004). *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.
- . Rouet, François (2000). *Le livre. Mutations d'une industrie culturelle*. Paris: La Documentation Française.
- . Saab, William G.L., Gimenez, Luiz C.P. e Ribeiro, Rodrigo M. (1999). *Cadeia de comercialização de livros: situação atual e propostas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: BNDES/Área de Operações Industriais 2/Gerência Setorial 4.
- . Sa Earp. Fabio e Kornis, George (2005). *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES.
- . Schiffrin, André (2000). *The business of books. How international conglomerates took over publishing and changed the way we read*. London/New York: Verso.
- . Shatzkin, Leonard (1997). *A matemática da venda de livros*. São Paulo: Ernesto Reichmann Distribuidora de Livros.
- . Stoffle, Carla J. and Weibel, Kathleen (1995). "Funding academic libraries", in McCabe and Person (1995).
- . Toledo, Alain e Faibis, Laurent (2001). *Du coût du livre au prix dès idées. Tirages, coûts de fabrication et prix dans l'édition de sciences humaines et sociales et de sciences et techniques 1988-1998*. Paris: Ministère de la Culture et Communications.
- . Shapiro, Carl e Varian, Hal R. (1999). *A economia da informação*. Rio de Janeiro: Campus.
- . Woll, Thomas (2002). *Publishing for profit*. Chicago: Chicago Review Press.
- . Zaid, Gabriel (2004). *Livros demais. Sobre ler, escrever e publicar*. São Paulo: Summus.

ENTREVISTADOS

- . Benjamin, Cesar – Editora Contraponto (RJ).
- . Bruder, Enoch – Editora Atlas (SP).
- . Campana, Ariovaldo – Editora Rosari (SP).
- . Canizela, Jair – Presidente da Associação Nacional de Livrarias e Loyola Livraria, Editora e Distribuidora (SP).
- . Carvalho Neto, Eduardo – Gráfica Prol (SP).
- . Cruz, Julio César A. S. – Catavento Distribuidora de Livros (SP).
- . França, José Luiz – J.L.França Marketing Editorial (SP).
- . Grisotti, Antenor – Editora Sophos (Florianópolis).
- . Lorch, Mauro – Editora Guanabara Koogan e ABPDEA (RJ).
- . Marques Neto, José Castilho – Editora da UNESP e Biblioteca Mario de Andrade (SP).
- . Naves, Beth – Fundação João Pinheiro (co-autora dos estudos de Marta Oliveira) e Associação Nacional de Livrarias (MG).
- . Polydoro, Ricardo – Livraria Yvo Alonso e Editora Office Book (RJ).
- . Reichmann, Ernesto – Ernesto Reichmann Distribuidora de Livros (SP), Livraria Científica Ernesto Reichmann (SP) e Rechmann e Affonso Editores (RJ).
- . Ribas, Marta – LIBRE e Editora Casa da Palavra (RJ).
- . Roitman, Ari – Editora Garamond (RJ).
- . Severino, Eduardo A. – Códice Distribuidora (SP).
- . Soares, Vander – Editora Saraiva (SP).
- . Yogi, Milton – Go Doctor – Mobile Computing & Wireless (SP).
- . Zahar, Jorge – Editora Jorge Zahar (RJ).

PALESTRANTES

- . Abrão, Eliane – Comissão Especial de Propriedade Imaterial da OAB-SP.
- . Amorim, Galeno – Ministério da Cultura, Coordenador do Programa Fome de Livro (RJ).
- . Batista Sobrinho, João – Associação Nacional de Livrarias (Sorocaba).
- . Bojadosen, Angel – Presidente da LIBRE – Liga Brasileira de Editoras e diretor Comercial da Editora Estação Liberdade (SP).
- . Cabral, Plinio – Advogado (SP).
- . Lima, André Peres de – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Livros (SP).
- . Kobaiashi, Sergio – Editora Barcarola, ex-diretor da Imprensa Oficial do Estado de SP.
- . Ribas, Marta – LIBRE e Editora Casa da Palavra (RJ).
- . Tsukada, Massao – Associação Nacional de Livrarias (PR).

- . Wey, Vera – Imprensa Oficial do Estado de SP.
- . Whehaibe, Solange – Associação Nacional de Livrarias (RJ) e Livraria Veredas (Volta Redonda).
- . Yasuda, Eduardo – Vice-Presidente da Associação Nacional de Livrarias (SP).